



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

RAFAELA FERREIRA PESSÔA LUSTOSA

DESINFORMAÇÃO E *MISINFORMATION* NA INTERNET: Desafios para a
Competência Crítica em Informação

Recife
2021

RAFAELA FERREIRA PESSÔA LUSTOSA

DESINFORMAÇÃO E *MISINFORMATION* NA INTERNET: Desafios para a
Competência Crítica em Informação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste – Mestrado Profissional do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof^a. Dra. Nadi Helena Presser

Recife
2021

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

L972d Lustosa, Rafaela Ferreira Pessoa

Desinformação e *misinformation* na internet: desafios para a competência crítica em informação / Rafaela Ferreira Pessoa Lustosa. – 2021.

74 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Nadi Helena Presser.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2021.

Inclui referências.

1. Informação. 2. Informações tecnológicas. 3. Competência. I. Presser, Nadi Helena (Orientadora). II. Título.

351 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2021 – 076)

RAFAELA FERREIRA PESSÔA LUSTOSA

DESINFORMAÇÃO E *MISINFORMATION* NA INTERNET: desafios para a
competência crítica em informação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Gestão Pública.

Aprovada em 31/03/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Nadi Presser Helena (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dra. Isa Maria Freire (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dra. Emanuela Sousa Ribeiro (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento segue em ordem cronológica. Aqui vão entrar pessoas que me inspiraram, me deram força, me apoiaram... pessoas que sequer imaginavam que suas palavras me impactaram de alguma forma.

Agradeço primeiramente à minha mãe Esmeralda e ao meu ex-marido Flávio que sempre me incentivaram a entrar para o mestrado e sempre proferiram palavras de apoio e confiança. São duas pessoas que demonstraram o quanto se orgulhavam de mim e me mostravam que eu conseguiria.

Agradeço ao apoio que tive de Rosimeri Couto desde a época dos estudos para a seleção até o momento da minha defesa. Seu apoio e puxões de orelha foram fundamentais para que eu não desistisse no meio do caminho. Gratidão.

Agradeço à Sílvia Carvalho, Gabriel Rivas e Angélica Moura por todo apoio e esforço para que eu pudesse ter o tempo necessário para o desenvolvimento desse projeto. A ajuda de vocês foi muito importante pra mim e me mostrou as suas torcidas para meu progresso profissional e pessoal, sou muito grata.

Agradeço à Socorro Gomes que também sempre me incentivou a não desistir, inclusive dizendo que se eu o fizesse me daria uns tapas. Suas palavras, mesmo em tom de brincadeira, me mostravam o quanto você torcia para que eu conseguisse concluir.

Agradeço à Karla Giselli que indicou a professora Nadi Helena Presser como orientadora. Tenho certeza de que suas palavras não foi por acaso. Você não imagina o quanto foi importante para mim ter te ligado e ouvido de você o nome da minha orientadora. Muito grata.

Agradeço à professora Nadi Helena Presser. Não foi por acaso que eu caí de paraquedas para ser sua orientanda. Eu não tenho palavras suficientes para agradecer tudo que você fez por mim. Tudo que eu disser aqui vai ser pouco. Você compreendeu minhas limitações, sempre procurou me ajudar sem me julgar, percebeu minha situação emocional mesmo sem que eu falasse como estava. E não desistiu de mim. Escrevo essas palavras com lágrimas nos olhos porque eu tinha desistido de mim, mas você não. Nadi, gratidão por tudo. Você é um ser humano de luz.

Por último, agradeço a Deus, à natureza, ao universo, como quer que você conceba a imagem divina. Sei que tudo isso não foi obra do acaso, foi providência. Deus sabia que sem essas pessoas eu não chegaria aqui. Não teria chance. Agradeço por perceber em minha vida a sua presença em tantos momentos, por me segurar, amparar. Por me fazer seguir quando eu já não queria mais. Aqui já não cabe só minha gratidão, mas toda a minha vida.

“Édipo não se cegou por culpa, mas por excesso de informação.”

(Michel Foucault)

RESUMO

Esta pesquisa aborda os fenômenos da informação, *misinformation*, desinformação e da pós-verdade, que prosperam nas redes digitais contemporâneas. Reconhece as habilidades críticas e analíticas associadas à competência em informação como um recurso para ajudar os usuários de informação a identificar fontes confiáveis enquanto refutam as notícias falsas. Assim sendo, o objetivo geral é buscar um entendimento conceitual mais completo e profundo das noções de informação, *misinformation* e desinformação, suas interconexões e características distintivas e suas implicações para a competência em informação das pessoas. Especificamente, procura distinguir as características que designam as diferenças entre informação, *misinformation* e desinformação e aponta as possíveis contribuições da competência crítica em informação para a reflexão sobre esses problemas informacionais reconhecidos da atualidade. Com relação aos objetivos, esta é uma pesquisa descritiva e quanto aos procedimentos técnicos, esta é uma pesquisa bibliográfica. Iniciou com a identificação e caracterização do material bibliográfico e, em seguida, fez a sua classificação por grupos temáticos. Para a análise se utilizou de leitura exploratória, seletiva, reflexiva e interpretativa. Adotou-se a proposta metodológica de análise conceitual de Fallis (2014; 2015). Na noção de Fallis, é o engano intencional (ou não acidental) que distingue desinformação de *misinformation*. Assim, o traço distintivo entre *misinformation* e desinformação é a intencionalidade: o engano não intencional versus o intencional (não acidental). Enquanto a *misinformation* é uma informação imprecisa, um erro acidental e portanto não intencional, a desinformação é uma informação deliberadamente enganosa. A competência crítica em informação é, portanto, reconhecida como um recurso de empoderamento que fornece aos indivíduos as habilidades e competências necessárias para se tornarem cidadãos informados. O conceito mais frequentemente usado para representar a intenção crítica de mudar as realidades sociais é a emancipação.

Palavras-chave: Informação. *Misinformation*. Desinformação. Competência crítica - Informação.

ABSTRACT

This research addresses the phenomena of information, misinformation, disinformation and the post-truth, which thrive in contemporary digital networks. It recognizes the critical and analytical skills associated with information competence as a resource to help information users identify reliable sources while refuting false news. Therefore, the general objective is to seek a more complete and profound conceptual understanding of the notions of information, misinformation and disinformation, their interconnections and distinctive characteristics and their implications for people's competence in information. Specifically, it seeks to distinguish the characteristics that designate the differences between information, misinformation and disinformation and points out the possible contributions of critical competence in information to reflect on these currently recognized informational problems. Regarding the objectives, this is a descriptive research and as for the technical procedures, this is a bibliographic research. It started with the identification and characterization of the bibliographic material and then made its classification by thematic groups. For the analysis, exploratory, selective, reflective and interpretive reading was used. Fallis's methodological proposal for conceptual analysis (2014; 2015) was adopted. In Fallis' notion, it is intentional (or non-accidental) deception that distinguishes misinformation from misinformation. Thus, the distinguishing feature between misinformation and disinformation is intentionality: unintentional versus intentional (not accidental) deception. While misinformation is inaccurate, accidental and therefore unintentional, misinformation is deliberately misleading. Critical information competence is therefore recognized as an empowerment resource that provides individuals with the skills and competencies necessary to become informed citizens. The concept most often used to represent the critical intention to change social realities is emancipation.

Keywords: Information. Misinformation. Disinformation. Critical competence - Information.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Problematização	11
1.2	Objetivo.....	13
1.3	Contribuição acadêmica e social da pesquisa	13
1.4	Estrutura da dissertação.....	14
2	REVISÃO TEÓRICA.....	15
2.1	Informação, <i>misinformation</i> e desinformação de uma perspectiva de características distintivas.....	15
2.1.1	<i>Três características da desinformação.....</i>	16
2.1.2	<i>Análise funcional do conceito da desinformação.....</i>	17
2.1.3	<i>Desinformação, fake News e pós-verdade.....</i>	22
2.1.4	<i>O desafio da detecção automática de misinformation e desinformação.....</i>	26
2.1.5	<i>Informação, misinformation, desinformação e verdade, de uma perspectiva crítica</i>	28
2.2	Teoria crítica nos estudos informacionais.....	30
2.2.1	<i>Entendendo a teoria crítica.....</i>	31
2.2.2	<i>Sobre informação, misinformation e desinformação de uma perspectiva crítica.....</i>	36
2.2.3	<i>Competência crítica em informação como dispositivo de combate à desinformação</i>	39
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
3.1	Classificação da pesquisa.....	45
3.2	Levantamento do material bibliográfico.....	46
3.3	Análise e interpretação dos resultados.....	47
4	RESULTADOS E ANÁLISES.....	50
4.1	Os conceitos – as características distintas e distintivas de informação, misinformation e desinformação.....	50
4.2	Considerações na análise da informação.....	54
4.3	Considerações quanto à desinformação e o papel das tecnologias.....	56
4.4	Considerações quanto à pesquisa crítica.....	58
4.5	Considerações quanto à competência crítica em informação.....	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
5.1	Limitações da pesquisa e proposta de novos estudos.....	67
	REFERÊNCIAS.....	68

1 INTRODUÇÃO

Informação sempre foi uma noção amplamente usada em praticamente todas as áreas do conhecimento, um conceito associado a várias explicações, com os mais diversos propósitos. Atualmente, outros dois termos estão associados à informação. Mais especificamente, a distinção entre informação, por um lado, e *misinformation* e desinformação, por outro lado.

A prática (ou o fenômeno) da desinformação, de acordo com Fallis (2015), deve ser observada a partir de três características básicas:

- a) desinformação é informação;
- b) desinformação é uma informação enganosa;
- c) desinformação não é uma informação acidentalmente enganosa.

E de acordo com Fallis (2014; 2015), informação, *misinformation* e desinformação são todas instâncias de conteúdo representacional em geral, incluindo todas as diferentes variedades de conteúdo representacional - texto, imagens, gestos etc.; e, como tal, as informações podem ser verdadeiras ou falsas. Portanto, na classificação de Fallis (2014;2015).

- a) Informação é conteúdo representacional intencionalmente não enganoso;
- b) *Misinformation* é conteúdo representacional enganoso, mas não intencionalmente enganoso;
- c) Desinformação: conteúdo representacional intencionalmente enganoso.

Ou seja, a desinformação, consiste em informações falsas, deliberadamente criadas e compartilhadas para prejudicar uma pessoa, grupo social, uma organização ou um país, com benefícios para a fonte, para o responsável pelo compartilhamento.

Na atualidade, vemos um contexto em que a quantidade de informações disponíveis na Internet é volumosa e a infraestrutura de tecnologias de rede é grandiosa. Para redes de segurança, provedores de informações e usuários, uma consideração importante é como navegar pela grande quantidade de informações disponíveis para encontrar as que são mais relevantes, acessíveis e de alta qualidade. Acessibilidade refere-se à facilidade de acesso à informação; a relevância presumivelmente cobre a adequação às necessidades específicas de informação; e a qualidade inclui componentes como precisão, pontualidade e compreensão do conteúdo (BOVEE; SRIVASTAVA; MAK, 2001; PIPINO; LEE, 2011).

Portanto, não basta que a informação esteja prontamente disponível; antes de confiar em qualquer informação, pode ser importante verificar, por exemplo, a veracidade do conteúdo. Mas pode haver versões diferentes de um registro eletrônico, para complicar o processo de

verificação. Qual é a versão oficial ou a mais oficial e merece atenção e retenção expressa questões que se tornam mais sérias com a explosão de informações em rede. No conteúdo de uma publicação originada do governo federal, por exemplo, se deveria acreditar de olhos fechados (HERNON, 1995), expressão em inglês, *at face value*. Portanto, se você aceita ou acredita naquilo de olhos fechados com total confiança (*take something at face value*), é uma informação que pode ser levada a sério pelos leitores, sem verificar sua veracidade.

A tomada de decisão em saúde deveria ser respaldada na qualidade da informação recuperada. Para tornar isso possível, as páginas da *Web* relacionadas à saúde deveriam ser consideradas fornecedores confiáveis de informações de saúde pública. Mas, mesmo nas informações governamentais - com que frequência e em que circunstâncias a integridade de um documento, em formato impresso ou eletrônico, pode ser tomada como certo -, se pergunta hoje em dia.

Do ponto de vista tecnológico, Akers *et al.* (2018) pontuam que é fácil utilizar a tecnologia indiscriminadamente para torná-la algo ruim. A tecnologia sozinha não cria o problema, da mesma forma que sozinha ela não resolve, argumentam os autores. Vignoli, Rabello e Almeida (2021) concluíram que a dificuldade de distinção entre informação, *misinformação* e *desinformação* constitui um problema para o Estado, para a ciência, para as entidades de saúde pública ou para os meios de comunicação e instituições de mediação, comprometidos com a informação. O problema é quando pessoas que legislam ou executam tais políticas são as primeiras a provocar *desinformação*.

Ao mesmo tempo, mais e melhores informações são frequentemente vistas como um pré-requisito para melhores práticas de gerenciamento, de decisões, entre outras razões. No entanto, essas premissas simples são problemáticas. Uma das razões para isso é que a Internet está cheia de comunicação, mas algumas dessas comunicações consistem em informações falsas, imprecisas e enganosas (SOE, 2017). Outra razão é a atual circulação de um grande volume de notícias falsas ou informações manipuladas em mídias sociais como *Facebook*, *WhatsApp* e *Twitter* (MAIA; BIOLCHINI, 2019). Embora esse seja um cenário que ressalta a importância das capacidades dos indivíduos para a avaliação crítica e o uso ético da informação, tais competências não podem prescindir de um conhecimento a respeito do que é uma informação com qualidade, principalmente quando a característica da qualidade é a credibilidade e a confiabilidade da fonte da informação.

1.1 Problematização

Esta pesquisa aborda os fenômenos da *misinformation*, desinformação (incluída aqui a circulação de *fake news*) e da pós-verdade, que reinam nas redes digitais contemporâneas. Salienta a competência crítica em informação para resistir à desinformação, à pós-verdade e aos boatos, bem como promover um cidadão que, diante da enxurrada de informações, consiga selecionar criticamente aquelas que são importantes para si (BEZERRA; SCHNEIDER; SALDANHA, 2019).

O controle da desinformação na Internet é um assunto que ainda aguarda uma solução, mas, Piper (2000) lembra que essa questão foi desde o início, é agora e continuará sendo um problema. O autor usou como exemplo um *site* martinluther king.org. Longe de ser o que parecia, este site era um protótipo de site falsificado, patrocinado pelo grupo de ódio branco StormFront. Publicado na *Web* para coincidir com o aumento das pesquisas sobre King antes do dia dedicado a Martin Luther King, ele visava especificamente à pesquisa estudantil, enfatizando acusações espúrias como as incursões sexuais de King com três mulheres brancas na noite anterior ao seu assassinato. O site de Martin Luther King divulgava informações odiosas sobre um dos maiores líderes afro-americanos de nossa época, enquanto fingia ser, na superfície, um site oficial de Martin Luther King.

Na opinião de Piper (2000), o fato de qualquer um publicar na *Web* cria um ambiente de liberdade inebriante, mas também um ambiente que frequentemente carece de controle de qualidade. Toda uma ordem de profissionais, desde agentes, editores, autores e leitores que examinam a maior parte de um texto a ser publicado – de revistas científicas, boletins a enciclopédias –, geralmente, estão ausentes da maioria do conteúdo da Internet. Por exemplo, mensagens falsas relativas à COVID-19 podem se espalhar mais rapidamente que o próprio vírus (AGHAGOLI et al., 2020). Informações enganosas sobre a cura, bem como sobre testes fraudulentos com relação à COVID-19 também têm se propagado. Um exemplo de informação enganosa, de acordo com Aghagoli et al. (2020), são informações frequentes de que a COVID-19 é como um resfriado comum, embora evidências científicas apontem suas elevadas taxas de mortalidade.

Piper (2000) diz que a melhor proteção que se pode ter contra desinformação é adotar uma postura crítica em relação a todas as informações e às suas fontes na *Web*. Esse imperativo crítico-emancipatório parece ser uma alternativa viável para o enfrentamento dessa questão, principalmente pela possibilidade de referenciar, numa tradição teórica sedimentada, a atitude crítico-educativa necessária para a realização de um projeto de emancipação social. A expressão teoria

crítica¹ é muito ampla em sua acepção, mas, de um modo geral, o sentido clássico do conceito de teoria crítica, tal como fora empregado por Horkheimer (1983) evidencia dois princípios fundamentais: a orientação para a emancipação e o comportamento crítico. Horkheimer (1983) recusa a perspectiva de neutralidade da ciência e defende a necessidade de uma postura política explícita por parte dos cientistas. “Cabe à teoria crítica identificar os obstáculos que impedem que as potencialidades da vida social se realizem e, ato contínuo, posicionar-se contra esses obstáculos.” (BEZERRA, 2019, p. 26).

Calvert (1999) levantou a questão da capacidade dos estudantes do ensino superior em detectar desinformação e *misinformation* na *Web*. A questão, segundo esse autor, era o crescente uso da *Web* pelos estudantes, especialmente no ensino superior, para realizarem seus trabalhos acadêmicos. Calvert (1999) estava preocupado, pois para ele tratava-se de uma questão séria se os alunos não conseguissem separar as informações corretas das informações enganosas.

Distinguir informações confiáveis de não confiáveis levanta questões epistemológicas complexas e é especialmente difícil em um contexto *on-line* (LEVINE, 2005). Por conseguinte, a Internet apresenta demandas cognitivas novas e sérias. De fato, na perspectiva de autores como Levie (2005) e Bezerra (2018), as escolas não conseguirão evitar abordar esta questão como um aspecto da educação em competência crítica em informação. No entanto, de acordo com Levine (2005), não é aconselhável esperar que escolas e estudantes resolvam os problemas criados por informações imprecisas e enganosas, embora a educação seja, na melhor das hipóteses, parte da solução. Uma abordagem mais eficaz é que governos e outras instituições importantes financiem e promovam portais da *Web* confiáveis (LEVINE, 2005).

Por outro lado, Karlova e Fisher (2013) entendem que a *misinformation* (informações imprecisas não intencionais) e a desinformação (informações enganosas intencionalmente) se difundem nas redes sociais, porque informar mal e desinformar são pluralidades do comportamento informacional. Desinformar é, nessa perspectiva, parte do processo de informação. Segundo as autoras, muitas referências de comportamento em informação, no entanto, sugerem um modelo normativo de informação verdadeira, precisa, completa, apesar da onipresença da *misinformation* e da desinformação. As autoras argumentam que as pessoas

1 O termo “Teoria Crítica” se consagrou a partir do artigo de Horkheimer (1983) “Teoria tradicional e teoria crítica”, escrito no exílio, nos Estados Unidos, em que o autor prefere utilizar essa expressão para fugir da terminologia “materialismo histórico” utilizada pelo marxismo ortodoxo, hegemônico na época, ao qual criticava; por razões políticas (estava no exílio, em ambiente antimarxista); e, sobretudo, por querer mostrar que a teoria marxista devia se importar em suas reflexões com outros aspectos críticos presentes na abordagem da realidade: o filosófico, o cultural, o político, o psicológico e não se deixar conduzir predominantemente pela análise economicista.

gostam de compartilhar informações, mesmo quando não acreditam nelas. Argumentam ainda que as redes sociais tornaram essa difusão mais fácil e rápida.

A perspectiva de Karlova e Fisher (2013), é uma questão a ser pensada e relativizada criticamente frente às políticas públicas relativas à informação, pois ser crítico é essa tentativa de se desvencilhar de pensamentos naturalizados, sem receio de fugir ao cientificismo que amarra as práticas e os estudos informacionais a tradições e verdades inquestionáveis. Ser crítico é reconhecer as contradições inerentes ao seu próprio objeto (KARLOVA; FISHER, 2013).

Com base nas considerações e fundamentos dos autores citados, o seguinte objetivo deverá ser respondido ao longo deste estudo.

1.2 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é buscar um entendimento conceitual mais completo e profundo das noções de informação, *misinformation* e desinformação, suas interconexões e características distintivas e suas implicações para a competência em informação das pessoas.

Especificamente, os objetivos são:

- I. Distinguir as características que designam as diferenças entre informação, *misinformation* e desinformação.
- II. Apontar as possíveis contribuições da competência crítica em informação para a reflexão sobre a *misinformation* e a desinformação, dois problemas informacionais reconhecidos da atualidade.

1.3 Contribuição acadêmica e social da pesquisa

A primeira contribuição social desta pesquisa está no debate sobre informação, *misinformation* e desinformação visando à emancipação das pessoas. Explora como as tecnologias, as técnicas e as plataformas, na atualidade, possibilitam e suportam a criação e a disseminação de informações falsas e incompletas, mas, ao mesmo tempo, reconhece que as pessoas podem ser capacitadas para avaliar criticamente essas informações e que os recursos tecnológicos e as técnicas podem ser usados para mitigar esses problemas.

Ao tempo que discorre sobre as habilidades que capacitam os usuários de informações a avaliar criticamente as informações da Internet, sugere um conjunto especializado de

habilidades de pensamento crítico, projetado para que os usuários, especialmente os estudantes de graduação, leiam criticamente e avaliem as informações *on-line*.

Para as políticas públicas, destaca a relevância de mostrar para os usuários de Internet e de demais redes sociais *on-line*, os riscos da desinformação e a importância de identificá-las. À medida que expõe, explica e mostra as características distintivas entre informação, *misinformation* e desinformação, tais análises podem potencialmente nos ajudar a elaborar políticas para impedir que as pessoas disseminem desinformação.

Uma vez que entendemos melhor exatamente o que é desinformação, estamos em uma posição muito melhor para lidar com a séria ameaça à qualidade da informação que a desinformação representa. A análise conceitual da desinformação aqui apresentada pode potencialmente ajudar as autoridades públicas a desenvolver técnicas para identificar desinformação e políticas para impedir sua disseminação. Visto que grande parte da população mundial não sabe distinguir uma notícia falsa de uma verdadeira, a pesquisa traz à tona o papel mais educativo e focado das escolas em combater a desinformação na internet.

Em uma perspectiva mais ampla, a competência em informação também foi identificada como um componente para uma cidadania proativa, pois cria recursos para a pessoa localizar, acessar, recuperar, avaliar, interpretar e agir com base em informação. Isso potencializa as condições para que uma pessoa participe dos assuntos da comunidade, e tenha uma opinião informada sobre os problemas que ocorrem local, nacional e internacionalmente. As habilidades críticas e analíticas associadas à competência em informação podem ajudar os consumidores de informação a identificar fontes confiáveis enquanto refutam as notícias falsas.

1.4 Estrutura da dissertação

A dissertação está organizada em seções. Inicia com esta Introdução onde apresenta e delimita a temática a ser explorada ao logo do estudo, explicita, define o objetivo da pesquisa e justifica sua contribuição acadêmica e social. Em seguida, na revisão teórica, também denominada de revisão de literatura ou referencial teórico, apresenta o universo de contribuições científicas de autores sobre o tema. A seção três, aborda a metodologia, traz a caracterização da pesquisa e detalha os métodos utilizados para alcançar o objetivo apresentados na Introdução. Na seção quatro são apresentados os resultados e análises da pesquisa, e, na seção cinco, as considerações finais e sugestões para pesquisas futuras. As referências bibliográficas estão arroladas na última seção.

2 REVISÃO TEÓRICA

A primeira seção desta revisão inicia com Fallis e suas análises do conceito de desinformação, fundamentadas em vários cientistas e filósofos da informação. São fornecidos contraexemplos para mostrar que as análises existentes excluem formas importantes de desinformação e/ou incluem formas inofensivas de informações que não devem ser consideradas como desinformação. Em seguida, o debate gira em torno do espaço da desinformação promovida pela tecnologia. Ao final, se discute a noção de informação, bem como as noções aparentemente opostas, a *misinformation* e a desinformação, de uma perspectiva crítica de pesquisa.

2.1 Informação, *misinformation* e desinformação de uma perspectiva de características distintivas

Segundo Floridi (2011, p. 15), a filosofia da informação se preocupa principalmente com “como a informação deve ser criada, processada, gerenciada e usada adequadamente”. Mas, como ele observa, também precisamos estudar o que acontece quando “o processo de informação está ineficiente” (FALLIS, 1996, p. 509). Informações imprecisas e enganosas podem ser perigosas. Quando as pessoas são enganadas sobre tópicos importantes, como oportunidades de investimento, tratamentos médicos ou candidatos políticos, isso pode causar sérios danos emocionais, financeiros e até físicos. Bibliotecas e outros serviços de informação estão na vanguarda dos esforços para garantir que as pessoas tenham acesso a informações de qualidade (FALLIS, 2015).

Os exemplos prototípicos de desinformação incluem publicidade enganosa (nos negócios e na política), propaganda do governo, fotografias falsificadas, documentos falsificados, mapas falsos, fraudes na Internet, sites falsos e registros manipulados da Wikipedia (FALLIS, 2014). Kakutani (2018) ressalta que há as notícias falsas, mas também existe a ciência falsa (como a promovida por ativistas do movimento antivacina), a história falsa (promovida por revisionistas do holocausto), os perfis falsos no *Facebook* (criados por *trolls*) e os seguidores e “*likes*” falsos nas redes sociais (gerados por *bots*).

Embora propagandas, rumores, reportagens enganosas e questões semelhantes sejam questões antigas, o ambiente tecnológico atual possibilita que esses tipos de conteúdo sejam criados de maneira fácil, segundo uma perspectiva realística, que se espalham com velocidade e em escala sem precedentes (em escala global). Bloch (1999) foi um historiador francês que

retornou das trincheiras impressionado com a importância que as notícias falsas haviam tido na Primeira Guerra Mundial. A diferença é que século no XXI estamos vivendo a Era das mentiras em massa. Isto é, se o fenômeno das informações falsas sempre existiu, ele nunca experimentou, na história, uma situação na qual praticamente todas as pessoas de um país são potencialmente produtoras de notícia e fazem circular o conteúdo que elas produzem em tempo real, atingindo uma rede de milhões de pessoas. É somente na atualidade que isso acontece com tanta instantaneidade e alcance. As consequências são sérias e de longo alcance, incluindo efeitos potenciais nas eleições nos EUA de 2016, desconfiança nas campanhas de vacinação da COVID 19 e demais impactos na vida das pessoas.

Para entender as várias análises de desinformação propostas, vamos identificar três características da desinformação das análises de Fallis (2014; 2015). Essas três características da desinformação são importantes nas análises da desinformação que se seguem. Por exemplo, suponha que uma análise conte uma informação como desinformação, mesmo que não seja enganosa, ou apenas acidentalmente enganosa. Essa, de acordo com Fallis (2015) será uma evidência *prima facie* (até que provem o contrário) de que a análise é muito ampla. Por outro lado, suponha que uma análise não considere uma informação como desinformação, mesmo que seja enganosa, e não é por acaso que ela é enganosa. Essa será uma evidência, até que provem o contrário, de que a análise é muito estreita.

2.1.1 Três características da desinformação

Desinformação é informação. A primeira dessas características é que desinformação é um tipo de informação (FALLIS, 2015) e independe de qual análise de informação escolhemos adotar. Não obstante, para nossos propósitos desta pesquisa, não precisaremos nos basear em uma análise específica de informação. Quase tudo o que foi dito sobre desinformação vale, independentemente da análise específica de informação que escolhemos adotar.

Contudo, nesta pesquisa, com base em Fallis (2015), vamos invocar para apenas uma característica central (e bastante incontestável segundo Fallis (2015)) da informação: informação é algo que representa uma parte do mundo como sendo de certa maneira. Em outras palavras, “é algo que possui conteúdo semântico (ou representacional)” (FLORIDI, 2011, p. 80 apud FALLIS, 2015, p. 404). Por exemplo, o texto "O gato está no tapete" (FALLIS, 2015, p. 405) representa o gato como realmente estando no tapete. Além disso, uma fotografia do gato pode representá-lo como estando no tapete. Porém, circunstâncias prototípicas de desinformação, como um registro na Wikipedia alegando que Seigenthaler estava envolvido

nos assassinatos de Kennedy, envolvem claramente a representação do mundo de uma maneira que não é. Assim, nesta pesquisa, toma-se o termo informação para se referir ao conteúdo representacional que é falso, bem como ao conteúdo representacional que é verdadeiro.

Desinformação é informação enganosa. A segunda característica importante da desinformação é que ela é um tipo de informação enganosa; isto é, são as informações que visam criar falsas crenças. É essa característica que torna a desinformação perigosa e digna de preocupação (FALLIS, 2015). Se é improvável que uma informação crie crenças falsas, não é realmente uma ameaça séria à qualidade da informação. Deve-se notar que, embora uma parte de desinformação deva ter propensão a enganar, ela não precisa realmente enganar alguém em qualquer ocasião. Assim como mentir, desinformação não é um "termo de sucesso". Você ainda está mentindo, mesmo que a pessoa que você pretende enganar não acredite no que diz (FALLIS, 2015). Da mesma forma, você ainda está disseminando a desinformação, mesmo que seu alvo não a compre. Agora, se a desinformação não enganar alguém em uma ocasião específica, não terá consequências prejudiciais nessa ocasião. No entanto, por ter propensão a enganar, a desinformação sempre coloca as pessoas em risco de sofrer danos (epistêmicos e outros). Portanto, ainda é algo que gostaríamos de poder identificar e impedir a disseminação (FALLIS, 2015).

Desinformação é informação não acidentalmente enganosa. A terceira característica importante da desinformação, segundo Fallis (2015) é que não deve ser por acaso que ela é enganosa. É essa característica que distingue a desinformação das formas mais inofensivas de informações enganosas, como erros honestos e sátiras excessivamente sutis. Fallis (2015) considera que focar em informações não acidentalmente enganosas nos coloca em uma posição melhor para detectar esse tipo específico de informação enganosa; por exemplo, podemos procurar a intenção de enganar, em vez de apenas procurar erros.

2.1.2 Análise funcional do conceito de desinformação

A desinformação pode causar danos significativos se as pessoas forem enganadas por ela. Para abordar efetivamente a séria ameaça à qualidade da informação que a desinformação representa, Fallis (2015) defende que é preciso desenvolver técnicas para identificar a desinformação e políticas para impedir sua disseminação. No entanto, para desenvolver tais técnicas e políticas, precisamos primeiro melhorar nossa compreensão da natureza e do escopo da desinformação (FALLIS, 2014; 2015). Mais importante, segundo o autor, precisamos ser capazes de distinguir desinformação de outras formas de informação enganosa

(*misinformation*). Fallis (2014) alega que informações imprecisas (ou *misinformation*) podem enganar as pessoas, sejam elas resultado de um erro honesto, negligência, preconceito inconsciente ou (como no caso de desinformação) engano intencional. Mas, a desinformação é particularmente perigosa porque não é por acaso que as pessoas são enganadas, argumenta o autor. A desinformação vem de alguém que está envolvido ativamente na tentativa de enganar. Assim, o desenvolvimento de estratégias para lidar com essa ameaça à qualidade da informação é uma questão particularmente premente para a ciência (HERNON 1995; PIPER 2002; LEVINE, 2005; STAHL, 2006; KARLOVA; FISHER 2013; FALLIS, 2014).

Para desenvolver tais estratégias, primeiro, segundo Fallis (2014) precisamos melhorar nossa compreensão da natureza e do escopo da desinformação. O autor propõe e defende uma nova análise funcional do conceito de desinformação e indica como essa análise pode nos ajudar a lidar com essa séria ameaça à qualidade da informação. Para dar conta de seu objetivo, Fallis (2014) cita vários filósofos e cientistas da informação (ver Quadro 1) entre eles, Floridi (1996; 2005; 2011) e Fetzer, (2004), que ofereceram análises do conceito de desinformação, e apresenta contraexemplos para mostrar que todas essas análises:

- a. excluem formas importantes de desinformação e / ou
- b. incluem formas inofensivas de informações que não devem ser consideradas como desinformação.

Quadro 1 - Análise do conceito de desinformação

Autor citado	Análise
Floridi (1996)	Em uma das primeiras discussões sobre o conceito de desinformação, o filósofo Floridi (1996, p. 509) afirmou que "a desinformação surge sempre que o processo de informação é deficiente". No entanto, essa análise é muito ampla. Quando alguém comete um erro honesto, algo no processo está deficiente. Mas essas falsidades acidentais não são desinformação. Embora eles possam certamente ser enganosos, se as pessoas forem enganadas é apenas um acidente. A fonte das informações não pretende enganar ninguém (e não se beneficia do fato de as pessoas serem enganadas).
Floridi (2005)	Vários anos depois, Floridi (2005) argumentou que quando o conteúdo semântico é falso, este é um caso de <i>misinformation</i> . Porém, se a fonte está ciente de sua natureza, pode-se falar em desinformação. Em outras palavras, desinformação é uma informação falsa que a fonte sabe ser falsa. Essa análise corrige a falha com a análise de Floridi (1996). No entanto, a análise de Floridi (2005) também é muito ampla. Por exemplo, quando você conta uma piada a alguém ou fala sarcasticamente, sabe que o que está dizendo é falso. Mas você não está espalhando desinformação. Embora piadas e comentários sarcásticos sejam falsos, eles não são enganosos, pois a pessoa com quem você está falando também está

	ciente de que o que você está dizendo é falso e que se trata de piadas e comentários sarcásticos (um tipo de humor).
Fetzer (2004)	O filósofo Fetzer (2004, p. 231) afirma que a desinformação “deve ser vista mais ou menos em pé de igualdade com o ato de mentir.” De fato, Fallis (2014) analisa que o paralelo com a mentira parece ser bastante preciso. No entanto, de acordo com o autor, essa análise é muito estreita. Mentiras são expressões linguísticas, como “Um lobo está perseguindo minhas ovelhas!”. No entanto, fotografias adulteradas e mapas falsificados também são exemplos prototípicos de desinformação. Não é por acaso que as pessoas são enganadas por essa desinformação visual, porque é exatamente isso que a fonte da informação pretendia. Além do mais, Por exemplo, mesmo que as mentiras sejam (irrealisticamente) destinados a serem enganosas, mentiras implausíveis (inimagináveis) não são desinformação, porque na verdade não são enganosas.
Floridi (2011)	Em outra discussão posterior sobre o conceito de desinformação, Floridi (2011, p. 260) afirma que “a <i>misinformatin</i> é 'dado bem-formado e significativo (ou seja, conteúdo semântico) que é falso'. 'Desinformação' é simplesmente informação imprecisa (<i>misinformatin</i>) propositadamente transmitida para enganar o receptor a acreditar que é informação.” Em outras palavras, desinformação é uma informação imprecisa (<i>misinformatin</i>), em que a fonte pretende enganar o destinatário. Além disso, e mais importante, essa análise é muito estreita. Embora instâncias prototípicas de desinformação sejam imprecisas, às vezes a desinformação pode ser precisa. Por exemplo, os políticos costumam usar o <i>spin</i> para enganar o público (ou seja, enfatizam seletivamente apenas certos fatos). Como instâncias prototípicas de desinformação, essa desinformação verdadeira é intencionalmente enganosa e apresenta um risco semelhante de dano ao destinatário. Há outro aspecto em que a análise de Floridi (2011) é muito estreita. Embora a desinformação seja sempre enganosa, ela nem sempre tem a intenção de enganar. Por exemplo, informações imprecisas foram intencionalmente colocadas na Internet para fins de ensino e pesquisa (ver Hernon 1995, Piper 2002, 19). Um site falso que anuncia uma cidade de Minnesota como um paraíso tropical foi criado para ensinar as pessoas a identificar informações imprecisas na internet. Nesses casos, embora os educadores e pesquisadores certamente prevejam que as pessoas possam ser enganadas por suas informações imprecisas, elas não pretendem que alguém realmente seja enganado. Mesmo assim, essa desinformação com efeitos colaterais provavelmente deve contar como desinformação. Assim como em casos prototípicos de desinformação, não é por acaso que as pessoas são enganadas. Embora os educadores e pesquisadores não pretendam enganar ninguém, eles pretendem que suas informações imprecisas sejam enganosas. Por exemplo, um site falso não seria uma ferramenta muito eficaz para ensinar às pessoas como identificar informações imprecisas na internet se fosse claro para todos que era falso.
Fallis (2009)	De acordo com o cientista da informação Fallis (2009), desinformação é informação enganosa (<i>misinformatin</i>) que se destina a ser (ou pelo menos se prevê que seja) enganosa. Essa análise corrige as deficiências da análise de Floridi (2011). Primeiro, como Fallis exige explicitamente que a desinformação seja enganosa, as mentiras implausíveis não contam como desinformação. Segundo, como Fallis não requer que a desinformação seja imprecisa, apenas a desinformação verdadeira conta como desinformação. Terceiro, o conceito de Fallis não requer que a desinformação seja planejada para enganar. A fonte da informação apenas tem que pressupor

	que é provável que ela induza em erro. Embora os educadores e pesquisadores descritos acima não pretendiam enganar ninguém, eles previram que algumas pessoas podiam ser enganadas. Assim, os efeitos colaterais da desinformação contam como desinformação na análise de Fallis (2009). No entanto, a análise de Fallis (2009) é muito ampla. Além da desinformação como efeito colateral também conta algumas formas sutis de humor como desinformação. A análise de Fallis (2009) pode ser modificada ainda que considere a sátira como desinformação. Assim, desinformação é informação imprecisa (<i>misinformatin</i>) que se destina a ser enganosa. Essa análise modificada ainda considera o efeito colateral da desinformação como desinformação. Por exemplo, como observado acima, embora os educadores não pretendessem enganar ninguém com seus sites falsos, eles pretendiam que esses sites fossem enganosos. No entanto, a análise de Fallis (2009) também é muito estreita. Mesmo quando uma fonte de informação não pretende enganar ninguém e não prevê que alguém será enganado, pode não ser por acaso que a informação é enganosa. Por exemplo, muitas das pessoas que divulgam teorias da conspiração (por exemplo, que o presidente não nasceu nos Estados Unidos ou que o governo dos Estados Unidos estava por trás dos ataques terroristas do 11 de setembro) acreditam que o que estão dizendo é verdade. Assim, eles não pretendem enganar ninguém, nem preveem que alguém será enganado pelo que eles dizem. Mesmo assim, essas falsas alegações podem enganar as pessoas e não é por acaso que as pessoas são enganadas. Existe um mecanismo que reforça a disseminação dessas falsas alegações. Por exemplo, certos sites e meios de comunicação atraem mais leitores e espectadores, promovendo essas falsas alegações. Como ocorrências prototípicas (exemplares) de desinformação, essa desinformação adaptada não é enganosa por acidente e representa um risco semelhante de dano ao destinatário.
Skyrms (2010)	Para o filósofo Skyrms (2010), a desinformação é uma informação enganosa que beneficia sistematicamente a fonte às custas do destinatário. Essa análise repara a falha com a análise de Fallis. Embora as pessoas que disseminam teorias da conspiração não pretendam enganar outras pessoas, elas se beneficiam sistematicamente de outras pessoas que são enganadas. Assim, desinformação adaptada conta como desinformação na análise de Skyrms. No entanto, a análise de Skyrms é muito estreita. Na maioria das vezes, a desinformação impõe um custo ao destinatário, como quando os aldeões perdem seu tempo correndo em auxílio do pastor. No entanto, a desinformação nem sempre impõe um custo ao destinatário. De fato, às vezes se destina a beneficiar o destinatário. Por exemplo, quando um amigo pergunta como ele está, você pode muito bem dizer: "Você está ótimo!" mesmo que isso não seja verdade, a fim de poupar seus sentimentos. É certo que essa desinformação altruísta não representa o mesmo risco de dano ao destinatário que instâncias prototípicas de desinformação. Mas, como instâncias prototípicas, a desinformação altruísta pode ser intencionalmente enganosa. No entanto, de acordo com Fallis (2014), para que considere desinformação altruísta como desinformação, podemos simplesmente deixar de fora a parte

	da frase “às custas do destinatário” e dizer que a desinformação é uma informação enganosa que beneficia sistematicamente a fonte. É realmente apenas a parte “benefício sistemático para a fonte” que é necessária para considerar desinformação adaptativa como desinformação. No entanto, a análise de Skyrms ainda é muito estreita, porque descarta a possibilidade de desinformação que não beneficia a fonte (FALLIS, 2014). Na maioria das vezes, a desinformação beneficia sistematicamente a fonte. Por exemplo, para evitar constrangimentos, as pessoas geralmente mentem para seus médicos sobre sua dieta, quanto exercitam ou quais medicamentos estão tomando (REDDY 2013). Se seus médicos são induzidos em erro, isso pode levar a recomendações incorretas de tratamento que podem prejudicar o paciente. É certo que essa desinformação prejudicial pode não representar o mesmo risco de dano ao destinatário do que as instâncias prototípicas de desinformação. Mas, como exemplos prototípicos, a desinformação prejudicial é intencionalmente enganosa.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora, com base na análise de Fallis (2014).

Em síntese, há algo que unifica todos os casos de desinformação discutidos no Quadro 1. Desinformação é informação enganosa que tem a função de enganar alguém (FALLIS, 2014). Grosso modo, Fallis (2014) recorre à análise funcional da desinformação. Uma função é “a ação para a qual uma pessoa ou coisa é particularmente adequada ou empregada” (American Heritage 2000 apud FALLIS, 2014). Por exemplo, a função do coração é bombear sangue. Igualmente, a função de uma cadeira é para se sentar. De acordo com essa análise, a característica distintiva da desinformação é que sua função é enganar as pessoas.

Deve-se notar que existem pelo menos duas maneiras diferentes pelas quais algo pode adquirir uma função, conforme Graham (2010 apud FALLIS, 2014). Por exemplo, um coração tem a função de bombear sangue porque é isso que evoluiu para fazer. Por outro lado, uma cadeira tem a função de se sentar nela, porque é para isso que ela foi projetada. Da mesma forma, um coração artificial tem a função de bombear sangue porque é para isso que ele foi projetado para fazer. Em outras palavras, o designer do artefato pretendia que ela tivesse essa função.

A desinformação pode adquirir a função de enganar as pessoas de qualquer uma dessas duas maneiras. A maioria das formas de desinformação - como mentiras e propaganda -, é enganosa porque a fonte pretende que a informação seja enganosa. Mas outras formas de desinformação - como as teorias da conspiração -, são enganosas simplesmente porque a fonte se beneficia sistematicamente de serem enganosas. Embora possam diferir em termos de como essa função foi adquirida, todas as instâncias de desinformação são unificadas pelo fato de terem uma determinada função. E, no entanto, essa função foi adquirida, não é por acaso que as informações são enganosas.

Essa análise da desinformação, de acordo com Fallis (2014), não é muito estreita porque leva em conta quando a fonte se beneficia sistematicamente sendo enganosa e quando a fonte pretende que ela seja enganosa. Além disso, segundo o autor, essa análise não é muito ampla. Não conta como desinformação nenhum dos casos discutidos no Quadro 1 que não são desinformação. Por exemplo, verdades acidentais e mentiras implausíveis não são enganosas. Além disso, embora falsidades acidentais e sátiras às vezes possam ser enganosas, a fonte das informações não pretende enganar as pessoas nem se beneficia sistematicamente das pessoas que são enganadas. Se as pessoas são enganadas, é apenas um acidente.

2.1.3 Desinformação, *fake news* e pós-verdade

Como vimos, a desinformação pode causar danos significativos se as pessoas forem enganadas por ela. Para lidar com essa ameaça séria à qualidade da informação, primeiro precisamos entender exatamente o que é desinformação. Mas, a relação do fenômeno da desinformação com as *fake news*, é uma questão que também vem sendo discutida na atualidade. O termo *fake news* passou a chamar a atenção do senso comum e adquirir popularidade, provavelmente influenciado pelos desdobramentos polêmicos da eleição presidencial norte-americana em 2016.

Fake news está relacionada com a ideia de novidade ou notícia falsa, indica informações de conteúdo não verdadeiro que mantém a aparência de notícias jornalísticas. Em geral, seu público-alvo se caracteriza em um grupo de usuários com o mesmo pensamento ideológico, para reforçar aquela corrente de opinião pré-existente. No entendimento de Balém (2017), uma mentira em forma de notícia, a função é aguçar a emoção das pessoas, (por exemplo, gerando discurso de ódio), ou fomentar uma imagem positiva (ou negativa) do ator central da notícia. Ganhou espaço com o surgimento e expansão da mídia partidária, sobretudo de extrema direita, menos preocupada com os fatos e mais focada no engajamento ideológico dos públicos (ARAÚJO, 2020).

Silva, Albuquerque e Veloso (2019, p. 416) identificam “dois tipos específicos de desinformação: a notícia falsa (*fake news*), baseada na mentira, e a manipulada, baseada na verdade omitida”. Mas, como argumentam as autoras, a notícia falsa e a manipulada são, antes de tudo, notícias, e, portanto, seguem uma estrutura textual jornalística e respeitam características peculiares tais como texto curto, claro, informativo e impessoal. A *fake news*, assim, é um tipo de desinformação com atributos determinados. “O título tem caráter sensacionalista e exagerado; seu tema é apelativo ou polêmico; as matérias não têm fontes ou

são oriundas de fontes duvidosas e veiculadas em canais ilegítimos.” (SILVA; ALBUQUERQUE; VELOSO, 2019, p. 417). A notícia manipulada, de acordo com as autoras, é um tipo de desinformação mais sofisticada. Pois trata-se de um jogo discursivo e cognitivo que omite uma parte determinante da verdade que descontextualiza a mensagem.

Neste sentido, uma das questões que se coloca diante das notícias falsas e manipuladas, e que faz relação com o campo da representação da informação noticiosa, é, segundo Silva, Albuquerque e Veloso (2019, p. 417), compreender por que na era da informação, em que quase tudo pode ser mapeado, recuperado e verificado, a desinformação está tão disseminada. “Ao que tudo indica, uma das respostas parece estar num fenômeno em emergência, nomeado de ‘pós-verdade’”. (SILVA; ALBUQUERQUE; VELOSO, 2019, p. 417).

Em geral, as *fake ne-+ws* apelam emocionalmente, ou reforçam algum ideal político ajudando a reforçar crenças (por exemplo, no tempo da ditadura, o Brasil era melhor). É um recurso que funciona porque em geral vem reforçar posições que já têm uma pré-condição de favorabilidade por parte do público-alvo da mensagem e, assim sendo, sustentam a pós-verdade. Dito em outras palavras, *fake news* é o combustível da pós-verdade.

De acordo com Silva (2018 apud DICIONÁRIO PRIBERAM, 2018), a pós-verdade traduz um conjunto de circunstâncias ou contexto em que é atribuída grande importância, sobretudo, social, política e jornalística, as notícias falsas ou a versões verossímeis dos factos, com apelo às emoções e às crenças pessoais em detrimento de fatos apurados ou da verdade objetiva (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2018). A pós-verdade implica, sobretudo, na transmutação acrítica da pessoa que ressignifica a realidade, conforme o conjunto de conveniências ideológicas que se estabelecem no seu cotidiano.

Compreendendo a pós-verdade como uma excrescência de sentidos e significados, é possível afirmar que está presente nos mais diversos segmentos da humanidade. No entanto, vale destacar que a pós-verdade não é causa, mas consequência de um *boom* informacional promovido pelas tecnologias criadas nos séculos XX e XXI. (SILVA, 2018, p. 336 – 337).

Segundo Silva (2018), “[...] a pós-verdade traz à baila uma distopia conceitual e semântica que busca na deturpação da verdade, o apelo às emoções, satisfação de crenças e ideologias como subversão deformadora da realidade social.” (SILVA, 2018, p. 336). “Portanto, pós-verdade se relaciona com um desinteresse pela verdade.” (ARAÚJO, 2020, p. 3), ou, como argumentam Silva, Albuquerque e Veloso (2019, p. 418) “representa a desconstrução do sentido de verdade.” Isto é, a verdade deixa de ser percebida como a ideia baseada em fatos reais, para ser assimilada mais com aquilo em que se acredita e/ou que move

emocionalmente. Logo, a veracidade ou não de certos fatos passa ser baseada no que se concorda ou emociona.

O sentido do “pós” na expressão, “pretende indicar não tanto a ideia de que ‘deixamos para trás’ a verdade em um sentido temporal (como em ‘pós-guerra’), mas no sentido de que a verdade foi ofuscada: que é irrelevante” (McINTYRE, 2018, p. 34 apud ARAÚJO, 2020, p. 3). Em se relacionando com um desinteresse pela verdade, no exemplo de Araújo (2020), ao buscar informações para apoiar determinados fins, o fato de serem essas informações verdadeiras ou não se torna algo irrelevante.

Portanto, a pós-verdade descreve a situação na qual, na hora de criar e modelar a opinião pública, as afirmações são descompromissadas de quaisquer fatos ou da realidade, apelando-se para crenças, preconceitos e visões de mundo de cada grupo de interesse. Uma vez que, em geral, tais crenças refletem as atitudes e valores sociais, o conjunto de informações que, sem fundamento e propagados de maneira repetitiva, são tidos como verdadeiros. É esta versão que prospera e continua sendo aceita e consentida pela maior parte das pessoas a que se destina, tudo o que os manipuladores desejam.

Partindo da premissa de que os valores que orientam nossa vida estarão sempre presentes no nosso comportamento concreto, buscar-se-á com Souza (2018), o conhecimento do fenômeno da vida social brasileira, pelo estudo de sua gênese histórica. A sua gênese, desde que bem compreendida, nos oferece uma perspectiva muito fecunda para um entendimento adequado da conjuntura atual, especificamente naquilo que se relaciona às situações nas quais parte das pessoas estão mais dispostas a aceitar um argumento baseado em suas emoções e crenças do que com base em fatos. Esses comportamentos em informação dão motivos para a proliferação de *fake news* e estímulos à prática da pós-verdade se constituir efetivamente como representação deformadora da realidade social.

De acordo com Constâncio (2013), isso é aquilo que Nietzsche entende por genealogia, o procedimento interpretativo pelo qual se analisa a produção de sentido na história. Todo o uso, utilidade, finalidade, sentido que uma dada forma do real adquire no curso da história – e, portanto, o valor que ela adquire para um dado indivíduo ou grupo de indivíduos – está sujeito a uma investigação que pretende exumar a “sequência de processos de subjugação” (CONSTÂNCIO, 2010, p. 135) que determinou o seu aparecimento. Não se trata de remontar a uma “origem” como se fosse a sua “essência”.

Trata-se, antes, de procurar compreender que necessidades foi satisfazendo aquela forma, que resultados foi proporcionando para que fosse preservada ou “selecionada” no curso da história, a que “interpretações” e “reinterpretações”

(isto é, usos e valorações) foi sendo sujeita, até adquirir o sentido que tem atualmente. (CONSTÂNCIO, 2010, p. 135).

Essa afirmação significa que todo o sentido na história dos homens, isto é, as valorações constituídas em dadas perspectivas, portanto também as crenças, as vivências, todas as experiências, os conceitos e concepções, todos os hábitos, todas as formas de vida selecionadas no curso da história, sintetizam uma vasta multiplicidade de sentido anteriores. O que Constâncio (2010) quer dizer é que o sentido atual de uma forma do real não tem uma identidade independente dos usos (isto é, dos sentidos) que essa forma teve no passado. Por conseguinte, segundo esse autor, é possível investigar as necessidades que elas satisfizeram no passado, descobrir os sentidos que elas foram adquirindo e que constituem agora a polissemia das suas avaliações, as marcas que há ainda nelas de finalidades passadas – em suma, encontrar a origem dos seus valores, não num plano de transcendência, mas no domínio caótico, empírico, evolutivo, da história do homem.

Trazendo o debate para o cenário informacional da atualidade, a sociedade da informação coloca à disposição das pessoas mais e mais informações, entretanto, essas pessoas se veem excluídas da sua devida compreensão, ou incapacitadas de selecionar o que é realmente relevante. Ainda que a produção massiva de *fake news* deprima as pessoas, muitas são incapazes de reconhecer uma informação confiável, apesar disso, tampouco podem simplesmente rejeitá-las, visto que sua disseminação intensiva por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e de *bots* pertence potencialmente à esfera desse desenvolvimento cultural.

As TIC são exaltadas à revelia enquanto meios de aprimoramento das pessoas. Contudo, a realidade revela que as TIC não eliminam a violência sexual contra crianças e o racismo, mas fornecem-lhes novos instrumentos. O entusiasmo das pessoas para com os triunfos das TIC geralmente leva-as a desconsiderar o fato de que as desejemos ou não. Essas tecnologias podem ser usadas para veicular os pensamentos mais arcaicos, muitas vezes construídos por *fake news* e utilização de *bots* com finalidades maliciosas, a ponto de fugir de nosso controle. Essa situação, de acordo com Simmel (1998) é trágica, porque as forças aniquiladoras voltadas contra o homem provêm da criatividade do próprio ser humano.

Se as informações falsas mobilizam as massas, precisamos investigar de que elementos extraem sua substância. O que nos importa investigar, portanto, é a eficácia social das ideias, que as torna fatores determinantes da existência cotidiana. Existem ideias que humilham, desempregam e oprimem, fingindo que fazem precisamente o oposto. De acordo com Souza (2018), são essas ideias que têm de ser investigadas. A ignorância acerca de tudo o que nos move e determina nosso comportamento prático faz com que tendamos sempre a considerar

como “natureza” e “dado” aquilo que, na realidade, é “cultura”, ou seja, “invenção humana” e construção histórica (SOUZA, 2018).

Um erro só se propaga e se amplifica, só ganha vida com a condição de encontrar um caldo de cultivo favorável na sociedade onde se expande. Nele, de forma inconsciente, os homens expressam seus preconceitos, seus ódios, seus temores, todas as suas emoções (BLOCH, 1999). Em outras palavras, as notícias falsas necessitam de gente que queira acreditar nelas.

Desse modo, a necessidade interna de conferir sentido ao mundo, essa necessidade de cultivo do espírito como define Simmel (1998), essa demanda presente em todas as épocas, “não apenas é um anseio intelectual por explicação e esclarecimento, mas, antes de tudo, uma necessidade pragmática de orientar o comportamento prático e dotá-lo de propósito. (SOUZA, 2018, p. 29). A moralidade é a dimensão que ilumina e constrói uma prática concreta, afirma Souza (2018). E, de acordo com o autor, nós, como seres humanos, somos o resultante da ação de ideias que são, ao mesmo tempo, valores e nos orientam na condução cotidiana da vida.

2.1.4 O desafio da detecção automática de *misinformation* e *desinformação*

Temos testemunhado ultimamente um interesse crescente na detecção automática (através de algoritmos) de *desinformação* e *informação* e *misinformation*. É uma tarefa para os moderadores algorítmicos das mídias sociais e da Internet. Exemplos desses projetos de detecção, de acordo com estudo de Søe (2018), são o projeto PHEME (2014), o “algoritmo *Twitter*” de Kumar e Geethakumari (2014), o modelo de difusão de Karlova e Fisher (KARLOVA; FISHER, 2013) e a plataforma Hoaxy (SHAO et al., 2016) - para nomear alguns.

Somente nesses projetos analisados por Søe (2018, p. 311), são apresentados “quatro entendimentos diferentes de *misinformation*, bem como três entendimentos diferentes de *desinformação*.” Assim, dependendo de qual algoritmo for empregado, serão fornecidas respostas diferentes para saber se um determinado tweet ou postagem no *Facebook* é *misinformation*, *desinformação* ou *informação*. Os quatro algoritmos diferentes detectam coisas diferentes sob os mesmos títulos, arriscando complicar a tomada de decisões por indivíduos, em vez de habilitá-los e facilitar o processo de detecção. Portanto, Søe (2018) alerta para a necessária compreensão mais desenvolvida e diferenciada das noções de *informação*, *misinformation* e *desinformação* - e especialmente de suas interconexões.

As discussões sobre *informação*, *misinformation* e *desinformação*, sua natureza e implicações para a detecção automática são inicialmente, aqui, fundamentadas em Søe (2018).

De acordo com o autor, a suposição é que o conteúdo falso *on-line* deva ser sinalizado - talvez até removido - para garantir as melhores condições para o conteúdo verdadeiro, ajudando assim as pessoas a tomar as decisões mais adequadas e corretas. Além disso, a suposição é que a detecção da verdade e da falsidade é suficiente para a detecção de *misinformation* e desinformação. No entanto, Søre (2018) alerta que a história completa é mais complicada do que a simples detecção da verdade e da falsidade, o que já é bastante complicado.

Isso quer dizer que os processos de comunicação da informação são realizados em um momento específico, dentro de um contexto específico e com um objetivo específico - guiado por crença, intenção e significado. “Quando uma história é compartilhada, o objetivo original de publicá-la pode mudar para outro propósito ao compartilhá-la. O contexto muda também e, muito provavelmente, também a crença e a intenção e talvez até o significado.” (SØE, 2018, p. 310, tradução nossa).

Karlova e Fisher (2013) também argumentam que nas redes, a *misinformation* e a desinformação podem se espalhar facilmente porque os indícios de engano e os indícios de credibilidade podem mudar em seu significado, relevância e contexto. Um indício de credibilidade (ou engano) em uma rede pode funcionar como um sinal de engano (ou credibilidade) em outra rede. Um exemplo, segundo os autores é o uso da vestimenta: usar um terno de negócios entre executivos de negócios pode fornecer credibilidade nessa rede, mas pode sugerir engano entre os artistas. Os usuários da informação procuram indícios de credibilidade ao fazer julgamentos sobre as informações. Nessas situações, os indícios de credibilidade são ferramentas necessárias, tanto para os usuários quanto para os criadores de informações. Indícios de credibilidade comunicam legitimidade e confiabilidade a um público (KARLOVA; FISHER, 2013).

No entanto, Karlova e Fisher (2013) alertam que os enganadores também usam indícios de credibilidade - muitas vezes para os mesmos objetivos dos não-enganadores (por exemplo, confiança, credibilidade, etc.). Por exemplo, a propaganda política enganosa pode apresentar atores vestidos de bombeiros e policiais porque essas pessoas têm influência e respeito na comunidade. O anúncio, neste caso, de acordo com os autores, aumenta a estima da comunidade por essas pessoas como um sinal de credibilidade. Como os indícios de credibilidade podem ser usados de maneiras enganosas, sua utilidade se torna questionável.

Assim, determinar se algo é *misinformation* ou desinformação requer julgamentos avaliativos de conteúdo, contexto, objetivo etc., e a questão que Søre (2018) coloca, é se esses julgamentos podem ser automatizados. Além disso, a questão principal de acordo com autor, é o que os algoritmos devem detectar *misinformation* e desinformação - ou seja, mostrar que

misinformation e desinformação realmente estão relacionadas umas às outras e às informações. Somente nesses projetos, são apresentados quatro entendimentos diferentes de *misinformation*, bem como três entendimentos diferentes de desinformação. Assim, dependendo de qual algoritmo for empregado, serão fornecidas respostas diferentes sobre se um determinado *tweet* ou postagem no *Facebook* é *misinformation*, desinformação ou informação. Os quatro algoritmos diferentes detectam coisas diferentes sob os mesmos títulos, arriscando complicar a tomada de decisões por indivíduos, em vez de habilitá-la e facilitar.

Portanto, se alguém pretende perseguir a tarefa de destacar as características distintivas, dois passos teriam que ser dados, de acordo com Sør (2018):

- I. Primeiro, determinar quais características são únicas para cada noção em questão (informação, *misinformation* e desinformação). Isto é, únicas por si mesmas ou devido a uma combinação específica, essas noções precisam ser examinadas e analisadas em conexão umas com as outras.
- II. Segundo, seria necessário especificar ainda mais as características distintivas. Ou seja, se o engano é uma característica distintiva, como ele é detectado? Quais recursos devem deixar o algoritmo categorizar algo como engano? Os algoritmos, por exemplo, deveriam detectar falsidade e não verdade? Eles deveriam detectar a confiança e a credibilidade da fonte como um sinal de não enganação? Ou eles deveriam detectar algo completamente diferente?

Não obstante essa tarefa parece impossível sem noções claras de informação, *misinformation* e desinformação. Infelizmente, na análise de Sør (2018), essas três noções não são muito claras - especialmente quando tomadas em conjunto.

2.1.5 Informação, *misinformation*, desinformação e verdade, de uma perspectiva crítica

O interesse em detectar *misinformation* e desinformação segue uma antiga busca filosófica pela "verdade". A esperança, de acordo com Sør (2018), é sermos capazes de distinguir informação enganosa (*misinformation*) e desinformação, a fim de impedir que ela se espalhe, viabilizando, em vez disso, a disseminação de informações apropriadas - "a verdade".

Stahl (2006) entende que a abordagem crítica fornece uma maneira diferente de entender informação, *misinformation* e desinformação. E, de acordo com o autor, a pesquisa crítica visa mudar o *status quo* e levar à emancipação. Começando com uma discussão sobre a questão da verdade, Stahl (2006) argumenta que não há acordo sobre o que é a verdade e, portanto, o que é informação. A abordagem crítica fornece uma maneira diferente de entender esses problemas.

A pesquisa crítica visa mudar o *status quo* e levar à emancipação. O autor explora o que verdade e informação podem significar para a pesquisa crítica. A contribuição Stahl (2006) é estender o debate sobre informação e verdade além de seus limites típicos e mostrar ao pesquisador que essas questões não têm valor neutro; todo compromisso com uma abordagem de pesquisa é uma escolha de valor que o pesquisador faz e precisa refletir.

Muitos são os que dizem que vivemos em uma sociedade da informação e possivelmente até na era da informação. As informações nos cercam, alimentam nossa economia e nos tornam trabalhadores da informação. Dada essa onipresença, deve-se esperar que realmente saibamos o que é informação.

Numa revisão aprofundada do termo, Brock e Dhillon (2001) chegaram à conclusão de que informação é quase tudo e qualquer coisa e a comparam a um desconhecido semelhante ao "éter" da Idade Média. Mas definem informação gerencial. "Informações gerenciais podem ser definidas simplesmente como dados processados que os gerentes reconhecem e usam em vários contextos." (BROCK; DHILLON, 2001, p. 55).

Segundo Stahl (2006), a abordagem mais típica adotada sobre informação é compará-la com o conceito de dados: os dados são os fatos brutos do mundo, as informações são dados com significado. Quando os dados "adquirem significado e relevância dependentes do contexto, tornam-se informações. Além disso, obviamente esperamos que as informações representem um conhecimento válido no qual os usuários possam confiar em ações racionais" (ULRICH, 2001, p. 56 apud STAHL, 2006, p. 85).

Todavia, essa relação entre dados, informações e significado é frequentemente adotada, mas é problemática, sublinha Stahl (2006). Primeiro, segundo esse autor, existe o problema de que os dados não são simplesmente fatos brutos do mundo, mas que todos os dados já estão processados e reunidos. A informação, portanto, não pode ser simplesmente a injeção de significado nos dados, porque os dados já têm significado; caso contrário, não seria possível percebê-los (INTRONA, 1997 apud STAHL, 2006). Outro problema dessa definição é que ela torna as informações completamente peculiares, isto é, próprio e particular de uma pessoa ou grupo; característico do comportamento, do modo de agir ou da sensibilidade de alguém. Assim, dados que podem ter significado para alguém podem ser totalmente sem sentido para outro. Isso contradiz a suposição implícita de que as informações são mais acessíveis em geral, situação necessária para que sejam processadas por máquinas (STAHL, 2006).

Essa discussão de informação pode ser continuada em várias direções. Pode-se considerar a sobrecarga de informação, a ética, linguagem especializada ou outros conceitos

relacionados. Porém, o único aspecto que se elabora brevemente nesta seção é o da informação e verdade.

Para adentrar nesse debate Stahl (2006) sugere refletir que uma característica importante da informação a ser considerada nessa perspectiva, é que ela é tida como verdadeira. Mas, destaca que, por causa das diferentes teorias da verdade, não é mais possível entender a informação como uma descrição correta de um estado de eventos. “Do ponto de vista crítico, é preciso considerar uma questão de consenso daqueles que são afetados, mas também questões de poder e dominação. Da mesma forma, *misinformation* e desinformação também mudam suas características.” (STAHL, 2006, p. 84).

Stahl (2006) se fundamenta em Jürgen Habermas, teórico do pensamento crítico. Para esse, verdade e informação tem um significado diferente daquele que tradicionalmente associamos a ele. Isso significa que, embora ainda seja possível distinguir com utilidade entre informação, *misinformation* e desinformação, isso não pode mais ser feito da perspectiva objetiva do observador desconectado.

Mas, a questão da verdade é importante neste estudo porque tem a ver com a diferença entre informação, *misinformation* (informação incorreta) e desinformação. Ao mesmo tempo, a abordagem crítica não subscreve uma visão tradicional da verdade, necessitando assim de critérios diferentes para determinar a diferença entre informação, *misinformation* (informação incorreta) e desinformação. Onde a informação é verdadeira, desinformação ou *misinformation* (informação incorreta) são falsas. E como já discutido com Fallis (2014;2015), ao contrário da *misinformation* (informação incorreta), a desinformação é uma informação falsa, disseminada propositalmente.

Como a contribuição deste estudo é discutir os conceitos de informação, *misinformation* (informação incorreta) e desinformação de uma perspectiva crítica, agora apresenta-se brevemente a ideia de pesquisa crítica.

2.2 Teoria crítica nos estudos informacionais

A atual circulação de um grande volume de *misinformation* e desinformação em redes sociais e demais portais e *blogs* digitais, que tanto tem preocupado pesquisadores, governos e empresas da internet ao redor do mundo, “ressalta a importância das capacidades críticas dos indivíduos para a avaliação e o uso ético da informação, habilidades contempladas pelo conceito de competência crítica em informação.” (BEZERRA, 2018, p. 179).

Referindo-se à circulação de um grande volume de informação falsa, isto é, desinformação em redes sociais e demais portais e blogs digitais, autores (BEZERRA, 2018; KARLOVA; FISHER, 2013; CALVERT, 2001) ressaltam a importância das capacidades críticas dos indivíduos para a avaliação e o uso ético da informação. Além disso, foram publicados trabalhos acadêmicos bem específicos: investigações sobre as maneiras de tornar os alunos mais críticos e aumentar sua atenção nas fontes de informações (JOHNSON, 2017); competência informacional (KARAS, 2017); ensinar os alunos a reconhecer o preconceito racial na mídia de massa (SAVAGE, 2018); desinformação nas mídias sociais (MARTINEZ, 2019), entre outros.

A última década viu surgir inúmeros debates sobre a atualidade da Teoria Crítica e o papel atual dessa tradição teórica na Ciência da Informação, principalmente pelos pesquisadores Arthur Coelho Bezerra, Marco Schneider, Ricardo M. Pimenta e Gustavo Silva Saldanha do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Ibict-UFRJ. Nesses debates, uma questão tem sido de certa forma dada atenção especial: o lugar da Teoria Crítica no desenvolvimento efetivo da pesquisa social.

2.2.1 Entendendo a teoria crítica

A teoria crítica tem os seus princípios fundamentais formulados por Marx e as bases lançadas por Max Horkheimer (1895 – 1973) e Theodor Adorno (1903-1969) em um artigo publicado em 1930, intitulado Teoria Tradicional e Teoria Crítica.

Nobre (2000) observa a expressão paradoxal que caracteriza teoria e crítica. De acordo com o autor, quando temos em mente uma teoria sobre um determinado assunto, temos uma hipótese que pretende explicar e compreender um fenômeno ou uma determinada conexão de fenômenos. E quando ela pretende prever os eventos, a teoria mostra como as coisas são. Uma teoria tem essa função: mostrar como as coisas são.

Uma teoria científica, assinala Nobre (2000), além de mostrar como as coisas são deve ser capaz de prever como as coisas serão, ou seja, deve ser capaz de produzir prognósticos a partir das conexões significativas que ela encontrou. Uma teoria é refutada ou confirmada, conforme as previsões ou diagnósticos se mostrem corretos ou incorretos. Se não ocorrer o previsto é preciso rever os instrumentos de pesquisa ou a própria teoria, pois, nesse sentido, em geral, na análise de Nobre (2000), a teoria se opõe à prática.

Mas, ainda seguindo com os argumentos de Nobre (2000), há dois sentidos de prática. Em um primeiro sentido de prática, aquela que se pode encontrar na expressão - a teoria na

prática é outra -, a prática seria então uma aplicação da teoria. A prática mostraria que há uma distância entre dizer como as coisas são e utilizar essa elaboração teórica para manipular objetos no mundo. Ou seja, nesse sentido, a teoria teria que ser colocada em prática.

Mas há um segundo sentido de prática que não é esse sentido de uma teoria aplicada. O segundo sentido de prática é aquele que mostra como as coisas deveriam ser, mas não são. Ou seja, nesse sentido a prática não é uma aplicação da teoria, mas é um conjunto de ideais que orientam a ação. É um conjunto de princípios, segundo os quais se deve agir para moldar a vida e o próprio mundo. “Esse segundo sentido de prática, inaugurado por Kant, é o sentido mais elevado que abrange a filosofia prática, aquelas disciplinas como o direito, a moral, a ética e a política.” (NOBRE, 2000, s/p.).

Se tomarmos esse sentido da contraposição entre teoria e prática, entre o que é e o que deve ser, essa distância entre teoria e prática não deve ser superada nunca. Porque, de acordo com Nobre (2000), justamente se embaralharmos os termos entre teoria e prática nós destruiremos os dois termos. Porque teoria e prática têm lógicas diferentes que não devem se confundir. Em outras palavras de Nobre (2000, s/p) “se a gente fizer teoria e mostrar como as coisas devem ser, estamos deixando de mostrar como elas realmente são. Se nós fizermos da teoria uma aplicação da prática, ou seja, se dissermos como as coisas são ou como elas devem ser, então nós eliminamos a possibilidade de que as coisas sejam diferentes do que elas são”. Portanto, segundo Nobre (2000), a partir dessa tradição há um fosso entre teoria e prática. Não é simplesmente que eles são dois domínios diferentes, eles não podem ser identificados. Se eliminamos esse fosso entre teoria e prática, eliminamos também o fosso entre conhecer e agir, duas dimensões da vida humana completamente distintas.

Que significado pode ter, nesse contexto, a teoria crítica? Antes de responder, Nobre (2000), expressa muitas outras questões:

- A crítica, nesse caso, não deveria dizer como as coisas deveriam ser?
- Não deveria examinar, de maneira crítica tanto o conhecimento que é produzido sob as condições sociais capitalistas, como a realidade que esse conhecimento pretende apreender?
- Se se trata de teoria, ou seja, de dizer como as coisas são, como seria possível criticar esse estado de coisas no contexto da própria teoria?
- Crítica, nesse caso, não seria dizer como as coisas deveriam ser?
- Incluir crítica na teoria não significa abdicar da tarefa de apresentar as coisas como realmente são?
- Isso não irá resultar no primado do agir sobre o conhecer?

- E se nós agirmos sem conhecer nós não vamos agir de maneira cega?

Essas são objeções que poderiam ser dirigidas à teoria crítica que ao se colocar como expressão teoria crítica, está embaralhando a separação vigente entre teoria e prática. Todavia, como explica Nobre (2000), crítica é a categoria que vai questionar a separação rígida entre teoria e prática. E isso sem abdicar da ideia de apresentar as coisas como elas são, nem de pensar como elas deveriam ser. A teoria crítica não quer uma ação cega, ou seja, uma ação que ignora que as coisas poderiam ser de outro modo. A teoria crítica questiona o sentido de teoria e prática, usando a crítica.

O ponto central da teoria crítica é que é impossível mostrar como as coisas realmente são, a não ser, a partir da perspectiva de como elas deveriam ser. Crítica significa que as coisas poderiam ser, mas não são (NOBRE, 2000). Ou seja, é preciso pensar criticamente no que as coisas trazem nelas mesmas como potencial que não são realizadas. Na perspectiva crítica, de acordo com Nobre (2000), nós somente podemos entender o mundo tal como hoje, a partir do que ele poderia ser, do melhor que o mundo traz embutido nele, mas que não realiza. Comportamento crítico, assim, segundo Horkheimer (1983) é o que não é dissociado da sociedade, do total da *práxis* social, e que não tenta eliminar contradições manifestas na sociedade

Trazendo o debate para as ciências sociais, mais especificamente à concepção do que devem ser objetividade e neutralidade nos estudos sociais, apontam-se vários pontos relativos ao que Adorno e Habermas defendem na disputa sobre o positivismo na sociologia alemã.

Horkheimer (1983) critica a atitude positivista, que consiste em acreditar na neutralidade de uma prática científica que não se baseia no questionamento filosófico. Adorno (1983) se dirige aos pesquisadores e aponta para o fato de que, ao afirmarem que estariam assumindo uma posição axiologicamente neutra, os pesquisadores estão, na realidade, tomando uma posição política específica, a saber, a de uma aceitação e defesa do *status quo* social. Em suma, “longe de tratar-se de uma mera questão metodológica, tratar-se-ia de uma questão eminentemente política.” Para Habermas (1983), a distinção rígida entre fatos e valores é a de mostrar como as ciências, inclusive as ciências naturais, não são axiologicamente neutras, nem irracionais na escolha de suas posturas pré-científicas (isto é, na escolha dos valores de fundo que inspiram suas pesquisas e lhes dão sentido), mas obedecem a interesses práticos racionais que derivam de sua função social, isto é, de sua “vinculação com o sistema social de trabalho” (HABERMAS, 1983, p. 284 apud PINZANI, 2017, p. 67).

No caso das ciências naturais, o interesse prático em questão é o domínio tecnológico da natureza para fins de conservação da existência e de

reprodução social. No caso das ciências sociais contemporâneas, o interesse prático consiste na tentativa de desenvolver mecanismos de controle sobre o comportamento dos atores sociais. (PINZANI, 2017, p. 67).

De acordo com Souza (2018, p. 12), “o grande obstáculo para se alcançar um conhecimento efetivo, emancipador e autônomo está não somente na maior ou menor clareza das ideias, mas sim no medo diante da verdade.”. Isto quer dizer que, embora possa ser libertadora e emancipadora, a verdade também pode ser bastante incômoda. “Apesar de dizermos o contrário para nós mesmos, todos nós amamos as mentiras que confirmam a vida que levamos na prática e que legitimam as nossas ilusões. E detestamos a verdade que nos mostra que somos diferentes daquilo que imaginamos.” (SOUZA, 2018, p. 12).

Para iniciarmos o processo de encarar a realidade tal como ela é, antes de tudo, na perspectiva de Souza (2018), teremos de desconstruir as mentiras, pretensamente científicas, que nos contaram a vida toda. O intuito de tais mentiras é de sermos mais domináveis, e sendo assim, somos induzidos a nos ver como pessoas excepcionalmente capacitados. Na avaliação de Souza (2018), esta é a grande cilada do liberalismo hegemônico, o pressuposto implícito de todas as ciências ensinadas nas universidades. Segundo o pressuposto do liberalismo de acordo com Souza (2018), somos “indivíduos” autônomos e livres, que vivem num mundo transparente e claro. Essa ideia é a base não só do senso comum da rua, mas também do ensino da economia, do direito, da política, da psicologia e da sociologia, tanto no Brasil como no resto do mundo.

Entretanto, o custo de amar as mentiras é altíssimo. São justamente essas mentiras – que somos todos fortes e autônomos e que o mundo é benigno, justo e de fácil compreensão – que nos tornam escravos de uma ordem social determinada (SOUZA, 2018).

Nesse sentido, nas análises de Habermas (1983) e de Adorno (1983), o saber elaborado pelas ciências naturais e sociais longe de ser um saber puro, ou um saber pelo saber, tende a traduzir-se em técnicas de manipulação da vida social que permitam alcançar determinados fins (por exemplo, a diminuição de comportamentos considerados antissociais, ou indesejáveis, ou que podem ameaçar a coesão social) – fins que são aceitos de forma implícita e não são questionados. Isto posto, “a distinção entre fatos e valores e a negação da existência dos interesses práticos das ciências são dois lados da mesma moeda.” (PINZANI, 2017, p. 68). O conhecimento científico, em suma, se fundamenta sobre posturas pré-científicas, por mais que tente negá-lo ou desconsiderá-lo. A sociedade e os fatos sociais não são dados por natureza e são antes produtos da ação dos seres humanos, e até os sentidos pelos quais os percebemos são “enformados pela atividade humana” a ponto de que já não é possível “distinguir entre o que

pertence à natureza inconsciente e o que pertence à práxis social” (HORKHEIMER, 1983, p. 134 apud PINZANI, 2017, p. 68).

Nessa naturalização da produção social da realidade consiste a parcialidade das ciências sociais, que Horkheimer (1983) pretende eliminar, sem por isso renunciar completamente aos métodos de pesquisa tradicionais. À atitude naturalizante da teoria tradicional, Horkheimer opõe um “comportamento” que ele chama de crítico, assinala Pinzani (2017) (a teoria crítica é o resultado da assunção desse comportamento, portanto, e não da introdução de um método radicalmente diferente da teoria tradicional). A teoria crítica almeja a transformação da sociedade, pois, longe de considerá-la como o produto de forças naturais e irracionais, pretende tornar transparentes seus mecanismos internos e “devolver” aos indivíduos a possibilidade de organizar racionalmente a ordem social (PINZANI, 2017). Isso Horkheimer indica com o termo de “emancipação” (HORKHEIMER, 1983, p. 139). Portanto, “enquanto a teoria tradicional persegue um interesse pragmático em sua tentativa de ordenar e classificar dados tidos como naturais e imutáveis, a teoria crítica possui um interesse emancipatório na transformação da realidade social.” (PINZANI, 2017, p. 80). Por conseguinte, como assinalou Nobre (2000), os princípios da teoria crítica são orientar para a emancipação e manter um comportamento crítico.

De acordo com Nobre (2000), não se trata de uma tarefa inalcançável para entender, mas sim trata-se daquilo que está potencialmente presente no mundo, o que ele traz nele e não realiza, as potencialidades que não são realizadas. Isso não significa abdicar de dizer como as coisas são, mas aquele que quer dizer simplesmente como as coisas são, consegue dizer isso apenas de forma parcial. Porque ele não vê como o mundo poderia ser diferente do que é. E, portanto, ao descrever o mundo como é, ele apenas descreve parte desse mundo. Ele não descreve a parte que ainda não se realizou, mas está potencialmente presente nesse mundo. Não enxerga no mundo o melhor que ele poderia ser, mas não realiza.

Ao olhar o mundo como é, o pesquisador enxerga as potencialidades que poderiam transformar o mundo real (atual) em um mundo melhor e, ao mesmo tempo, consegue enxergar os obstáculos para que se alcance essa configuração melhor do mundo. E só é possível realizar essas potencialidades do mundo melhor pela prática, pela ação (HORKHEIMER (1983). E, nesse sentido, a relação entre teoria e prática fica completamente diferente porque a teoria pretende apontar os obstáculos a serem vencidos para a realização dos potenciais emancipatórios presentes no mundo (NOBRE, 2000).

Nesse sentido, a teoria crítica aponta para a prática, para a maneira pela qual possamos ultrapassar os obstáculos que impedem a realização das potencialidades, leva à emancipação e, para isso, precisa mostrar o mundo como realmente é, inclusive apontando a tendência dos

obstáculos e a tendência da ação (HORKHEIMER, 1983; ADORNO, 1983). A ação, explica Nobre (2000), é tomada como objeto da teoria, isto é, a teoria crítica só se confirma na transformação das relações sociais vigentes.

Prática não significa somente uma aplicação da teoria, mas envolve embates e conflitos políticos. A teoria crítica não pretende somente pairar sobre o mundo, mas entender os conflitos sociais, dando-lhes um sentido emancipatório NOBRE, 2000). Significa compreender o que tem de melhor embutido no mundo.

2.2.2 Sobre informação, misinformation e desinformação de uma perspectiva crítica

Do ponto de vista da pesquisa crítica, a distinção entre informação, *misinformation* e desinformação é problemática. Está intimamente ligada à questão da verdade e, segundo Stahl (2006), devemos admitir que não existe uma teoria da verdade universalmente aceita.

O ponto de partida de Stahl (2006) para uma introdução desta perspectiva é ordem do discurso de Foucault (1996), no qual o conceito de discurso é central. De acordo com o autor, os discursos moldam a realidade social e as percepções individuais. Por isso, o principal interesse de Foucault (1996) é como os discursos são formados, controlados, distribuídos e quais mecanismos regulam a participação. Ele está particularmente interessado em como certos indivíduos ou tópicos são excluídos dos discursos. Foucault (1996) não tenta promover uma melhor forma de discurso. Seu objetivo é fornecer uma descrição aberta de como os discursos são moldados (STAHL, 2006). A maneira como ele faz isso, de acordo com Stahl (2006), é descrever como as configurações dos discursos se desenvolveram. Ele usa uma abordagem arqueológica, que ele também descreve em termos de genealogia, o que significa que ele analisa a história dos discursos (STAHL, 2006).

Para Foucault (1996), a verdade não é uma questão de correspondência entre afirmação e realidade externa, mas tem a ver com negociações em discursos. Stahl (2006) explica que a verdade para Foucault (1996) não é dada e estável, mas fluida. Foucault (1996) não quer nos ensinar o que realmente é ou deveria ser a verdade, mas antes seu interesse é descrever como os regimes da verdade são criados.

Para Habermas (2012), o conceito de discurso também é central para o pensamento crítico, no entanto, tem um significado muito diferente. Habermas (2012) entende que o ser humano individual vive dentro de um mundo, o que significa que tem nossas percepções individuais da realidade e da verdade. No entanto, dentro desses mundos, os seres humanos não

possuem características distintivas dos demais porque são constituídos pela socialização e sustentados pela comunicação.

Segundo a teoria da ação comunicativa de Habermas (2012), quando nos comunicamos com os outros, todos os atos de fala têm três reivindicações de validade: verdade, retidão normativa e autenticidade. Isso significa que todas as declarações implicam que o falante fala a verdade, que a afirmação é normativamente justificada e que o falante é sincero no que diz. Todavia, como viemos até aqui discutindo, em muitos casos, os participantes da comunicação não concordam com reivindicações de validade e duvidam se as declarações são realmente válidas. É aqui, na análise de Stahl (2006), que o conceito de discurso desempenha um papel na escrita de Habermas, isto é, os discursos representam o tipo de comunicação em que reivindicações de validade controversas podem ser discutidas. A ideia da situação ideal da fala é que o melhor argumento convencerá a comunidade do discurso e levará a um consenso sobre a sua validade, explica Stahl (2006).

No que diz respeito à questão da verdade, Stahl (2006) afirma que a verdade é de importância central para Habermas. No entanto, não é uma ideia de correspondência da verdade que Habermas usa, mas uma teoria de consenso. Uma afirmação pode ser vista como verdadeira, se for aceita por todos os membros competentes da comunidade do discurso (HABERMAS, 2012). Isso quer dizer que as alegações de verdade que são contenciosas são tratadas abrindo um discurso, não estabelecendo uma referência ao mundo externo. Portanto, Stahl (2006) afirma que é concebível que o discurso aborde questões de correspondência, mas esse não é o critério da verdade.

A breve introdução acima não pode fazer justiça à Habermas ou à Foucault. No entanto, Stahl (2006) assinala que suas abordagens oferecem uma compreensão diferente da verdade e, portanto, da informação. O que Stahl (2006) destaca é que ambos compartilham a intenção crítica de mudar a realidade social, que é percebida como não sendo justa e desejável. Embora a emancipação seja uma meta expressa de Habermas, Foucault seria indiscutivelmente mais cético quanto à possibilidade de conseguir a emancipação. No entanto, seu trabalho genealógico pode ser entendido como uma expressão do desejo de ajudar as pessoas a entender a situação em que se encontram e, assim, facilitar uma melhoria em seu *status quo* (STAHL, 2006).

Para um pesquisador crítico, de acordo com Stahl (2006), a verdade nunca pode ser uma descrição objetiva de uma realidade externa. Toda percepção é sempre carregada de valor e baseada em vieses individuais e coletivos. O objetivo da pesquisa é reconhecer e expor esses vieses e torná-los abertos à análise discursiva. Stahl (2006) sustenta que a verdade também pode ser usada como uma ideologia, e, de acordo com o autor, a pior forma de ideologia é aquela que

foi reconhecida como verdade e, portanto, não está mais aberta ao debate. Se aceitarmos como verdade, por exemplo, que as mulheres são inferiores aos homens, não há necessidade de debater a afirmação.

Assim, a verdade cimenta o poder e, ao mesmo tempo, o poder ajuda a estabelecer a verdade. Uma análise do discurso popular sobre as empresas e seu papel na sociedade ou o papel das TIC nas organizações mostra que existem inúmeras "verdades" que estabilizam o *status quo* sem que haja fortes evidências para apoiá-las. Entre elas, está o pressuposto de que o crescimento econômico é a panaceia para a maioria dos problemas da sociedade, que a racionalidade econômica é a melhor maneira de abordar questões de distribuição, ou que o uso das TIC melhorará os processos organizacionais, desde o comércio, ao governo, à educação. (STAHL, 2006, p. 90-91).

Se voltarmos à definição de informação, um aspecto relevante é que ela faz diferença, que "in-forma" as pessoas e as ajuda a se orientar. Considerando que a pesquisa crítica está interessada em emancipação, pode-se dizer que, da perspectiva da pesquisa crítica, a informação é o que ajuda a emancipar os seres humanos, enquanto *misinformation* (informação incorreta) e desinformação alienam e destituem os poderes.

De uma perspectiva Habermasiana, a *misinformation* (informação incorreta) não é problemática. É, segundo Stahl (2006) simplesmente informação que é contenciosa (duvidosa/aberta ao debate) e que, portanto, será analisada em um discurso. A pessoa que reivindica a verdade terá que explicar as razões da alegação e responder à crítica. Tudo isso pode ser feito dentro da estrutura da ação comunicativa, na qual as pessoas se reconhecem como seres dignos e estão dispostos a se levar a sério. Desinformação é mais problemática. Considerando (levando em conta) que são as informações que alienam ou destituem deliberadamente as pessoas, o falante mostra um desrespeito pelo outro que não tem poder (STAHL, 2006).

A esperança da pesquisa crítica atual é que, expondo a ideologia e falsas alegações, elas sejam corrigidas. Não oferece nenhuma garantia, no entanto, de que isso acontecerá. Quando a desinformação é exposta como tal e ainda não é alterada, a pesquisa crítica atinge seus limites e precisa interagir com outras instituições sociais, como política ou legislação, para estimular a mudança (STAHL, 2006).

A distinção entre *misinformation* (informação incorreta) e desinformação parece olhar diferente do ponto de vista foucaultiano, segundo Stahl (2006). Na concepção do autor, Foucault é muito mais cético em relação a quaisquer alegações de verdade do que Habermas. Um foucaultiano poderia argumentar que a distinção entre *misinformation* (informação incorreta) e desinformação é artificial porque parece pressupor a existência de uma verdade

universal e a autorreflexão do falante para conhecer suas próprias intenções ao falar (STAHL, 2006). Ambos podem ser duvidosos.

A abordagem foucaultiana seria, no entendimento de Stahl (2006), empreender uma genealogia da informação e tentar entender por que algumas afirmações são consideradas verdadeiras ou falsas e por que os indivíduos formariam proposições que podem ser interpretadas como falsas. A ênfase nessa genealogia estaria em questões de poder e disciplina. Segundo Stahl (2006), uma análise foucaultiana procuraria investigar como somos socializados para aceitarmos certas verdades e falsidades, questão também levantada por Souza (2018), como vimos anteriormente. E, para Stahl (2006), essa abordagem foucaultiana não oferece nenhuma esperança de chegar a uma clara distinção entre verdade e falsidade, entre informação e desinformação. No entanto, parece ser carregado por uma esperança implícita de que existem melhores explicações no mundo e piores. Caso contrário, haveria pouco sentido em empreender uma genealogia.

2.2.3 Competência crítica em informação como dispositivo de combate à desinformação

Há uma ligação entre competência crítica, comunicação pública, *accountability* e cidadania. Tudo isso faz parte da gestão pública, o que torna importante mostrarmos porque a competência crítica é tão necessária no processo de comunicação pública e no combate à desinformação. Antes de tudo vamos entender o que é comunicação pública, cidadania e *accountability*. Para efeito desse estudo, vamos considerar comunicação pública “enquanto comunicação do Estado e/ou governamental. Nessa concepção, entende-se que é dever do Estado e do governo manter uma comunicação via de mão dupla com seus cidadãos” (MAINERI; ROSA, 2012, p. 201).

Precisamos entender a influência da competência crítica na *accountability* e sua atuação na comunicação pública. De forma bem simplificada *accountability* é controle e fiscalização e possui duas formas de ser aplicada: horizontal e vertical. Para nós interessa a *accountability* vertical que são “ações realizadas individualmente ou por algum tipo de ação organizada e/ou coletiva, com referência àqueles que ocupam posições em instituições do Estado, eleitos ou não” (O’DONNELL, 1998, p. 28). Aqui fica nítido o porquê da competência crítica ser tão importante na formação do cidadão. Com a população formada a partir da teoria crítica, a comunicação pública seria mais cautelosa com o que iria veicular e da forma que faria, uma vez que entenderia que os cidadãos teriam autonomia para compreenderem e verificarem

as informações veiculadas nas mídias sociais e demais canais de comunicação. Isso evitaria manipulação de dados, de fatos, evitaria a desinformação não só vindo de instituições estatais como também através dos compartilhamentos de notícias por mídias sociais como o *WhatsApp*.

Dessa forma, chegamos à cidadania. Cidadania para Hannah Arendt é “o direito a ter direitos” (ARENDT, 2004, p. 330). Mas, como saber quais direitos lhe pertencem? Como lutar por eles? Essas perguntas podem ser respondidas com uma única palavra: informação. É a partir da sua competência crítica que o indivíduo, em poder das informações corretas, poderá lutar por seus direitos seja individualmente ou coletivamente colocando em prática sua cidadania. Aqui entendemos o elo entre *accountability*, cidadania e comunicação pública. A *accountability* proporciona uma cidadania ativa que por sua vez influencia na comunicação pública, dificultando a proliferação de notícias falsas, tudo isso tendo como base as informações recebidas por uma população formada para ter competência crítica. Em seu artigo primeiro, parágrafo único a Constituição Federal diz que “todo poder emana do povo”, esse povo só passará a compreender realmente o poder que tem quando tiver visão crítica sobre a gestão pública realizada pelos governantes.

Schneider (2019) problematizou o elemento ético informacional subjacente ao fenômeno da pós-verdade, enquanto diagnóstico, e da competência crítica em informação, enquanto horizonte terapêutico.

Competência em informação é a noção consagrada na literatura brasileira em Ciência da Informação como tradução do original em inglês *information literacy*. Na língua portuguesa, a tradução do termo gera controvérsias, tendo sido empregadas na literatura expressões como competência em informação, competência informacional, letramento informacional e alfabetização em informação (HATSBACH; OLINTO, 2008; VITORINO; PIANTOLA, 2009). Grosso modo, segundo Schneider (2019, p. 73) “diz respeito à habilidade de se localizar e fazer bom uso da informação adequada, de modo a atender determinada necessidade. Entende-se que essa habilidade pode ser desenvolvida mediante o aprendizado.” Isso vale tanto para mediadores quanto para usuários da informação.

Bezerra, Schneider e Brisola (2017) argumentam que o exercício do senso crítico no trato com a informação é uma das características primordiais que sustentam o conceito de competência em informação. Tal argumento é fundamentado nos Documentos da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), tais como a Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida, de 2005, as Recomendações da IFLA sobre a Literacia Informacional e Mediática, de 2011, e a Moscow

Declaration on Media and Information Literacy, de 2012, que destacam, entre as características da competência em informação, além do caráter ativo da busca e a eficiência do acesso, o componente crítico da avaliação e a postura ética na utilização da informação.

Diante de preocupações crescentes com notícias falsas, a União Europeia lançou uma consulta sobre notícias falsas e como combatê-las em novembro de 2017. A IFLA respondeu, destacando que a única resposta sustentável é uma população competente em informação e crítica. Em sua resposta à consulta da UE, a IFLA (2018) sublinha que, embora haja claramente desafios relacionados à Internet como forma de espalhar desinformação intencional, a resposta não é necessariamente regulamentação ou intervenção governamental. Em vez disso, são as habilidades - para todos e em todas as fases da vida - que farão a diferença.

As bibliotecas são essenciais para isso e devem ser apoiadas para isso (IFLA, 2018). A IFLA defende que as bibliotecas têm uma longa e rica experiência na promoção da competência em informação e de trabalho próximo a outras pessoas para promover a literacia midiática. A literacia midiática foi recentemente definida como todas as capacidades técnicas, cognitivas, sociais, cívicas e criativas que nos permitem aceder e ter uma compreensão crítica e interagir com as formas tradicionais e novas de media (CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2016). Estas são as competências necessárias para compreender e avaliar as informações - artigos de notícias, jornais científicos, publicações oficiais, *blogs* ou *tweets*, para citar apenas alguns - que os cidadãos recebem no dia a dia. Sem essas habilidades, as pessoas são facilmente enganadas ou simplesmente permanecem informadas e não podem desempenhar um papel totalmente ativo na sociedade (IFLA, 2018). O objetivo fundamental da literacia midiática é a autonomia crítica em relação a todas as mídias.

Embora a alfabetização midiática e a alfabetização informacional compartilhem alguns pontos comuns, elas são conceitualmente diferentes, provenientes de tradições acadêmicas e práticas distintas (LEE; SO 2014 apud HUYSMANS, 2016). Na alfabetização informacional, 'informação' tem sido tradicionalmente concebida como mais ou menos factual, neutra e pura 'conteúdo', independentemente da forma em que foi lançado. A alfabetização midiática, por outro lado, tende a problematizar as influências recíprocas de conteúdo e forma. "O conteúdo, em certa medida, determina a forma em que será lançado e, inversamente, a forma influencia o conteúdo que será oferecido." (AUFDERHEIDE 1993, p. 2 apud HUYSMANS, 2016, p. 8).

No entanto, de acordo com a IFLA (2018), só recentemente essa questão chamou a atenção do público. A rejeição de evidências científicas sobre questões médicas ou climáticas, a disseminação de inverdades em torno das eleições e o uso de mídias sociais para confundir e criar desconfiança ajudaram a mostrar a importância dessas habilidades. Cada vez mais - e

especialmente com o surgimento da Internet, segundo a IFLA, as bibliotecas podem ajudar as pessoas a entender como usar não apenas o conteúdo que encontram, mas a levar em conta se o contexto é confiável, se está completo e se é tendencioso.

Uma pesquisa publicada recentemente por Huysmans (2016) do Parlamento Europeu destaca que as bibliotecas estão desempenhando um papel não apenas na promoção da competência informacional, mas também na literacia midiática. Isso reflete uma tendência mais ampla de ser apenas um prédio onde os usuários podem ler e pegar livros emprestados, para um lugar para compartilhar, interagir e criar.

No Brasil, segundo Bezerra, Schneider e Brisola (2017), o uso das expressões “competência crítica informacional” (VITORINO; PIANTOLA, 2009) e “competência crítica em informação” (BEZERRA, 2015) revela uma preocupação em destacar a importância da “reflexão crítica sobre a natureza da informação em si, sua infraestrutura técnica, e o seu contexto e impacto social, cultural e mesmo filosófico” (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 138).

Apesar das observações sobre a crescente importância do contexto (fontes materiais, corporais e sociais) na compreensão e promoção da competência em informação, no entanto, de acordo com Karlova e Fisher (2013), o paradigma prevalente centra-se em usuários individuais empenhados em aprender sobre ferramentas e processos de resolução de problemas de interesse imediato, às vezes para aprendizagem ao longo da vida. Lloyd e Williamson (2008, p. 7 apud KARLOVA; FISHER, 2013 sem página) concluíram que a pesquisa em competência informacional ainda está em sua infância, com poucos estudos relativos às perspectivas da comunidade. Esses autores acrescentam que na comunidade e nos setores interculturais, a competência em informação também pode assumir uma forma diferente das estruturas e padrões orientados para a biblioteca.

Embora existam alguns estudos sobre a competência informacional relativo às mídias, de acordo com Savage (2018), eles não foram conclusivos, e pesquisas adicionais precisam ser feitas. O autor desenvolveu pesquisa-ação com alunos do ensino médio de vários níveis de habilidade e analisou quantitativa e qualitativamente o impacto da educação em competência em informação na mídia. Savage (2018) procurou respostas às questões: Como um currículo de competência informacional pode sensibilizar os alunos do ensino médio para o preconceito racial e os estereótipos presentes na mídia de massa e como gênero e raça afetam a sensibilidade do aluno ao preconceito racial e estereótipos presentes na mídia de massa? Ou seja, o autor focou nos possíveis efeitos de um currículo de competência midiática na capacidade de alunos do ensino médio de reconhecer preconceitos raciais na mídia de massa. O estudo também

avaliou as possíveis diferenças na sensibilidade às mensagens da mídia de massa com base em gênero e raça. Embora existam várias formas de educação voltadas à competência midiática, o autor identificou que poucos sistemas educacionais nos Estados Unidos implementaram um currículo formal de competência em informação midiática ou incluíram o ensino dessas habilidades em suas aulas diárias.

Os educadores podem estar ensinando os chamados “jovens digitais”, mas esses educadores não percebem que os alunos que são capazes de usar a tecnologia para acessar, compartilhar e criar informações podem não estar cientes de como fazer isso de forma eficaz ou adequada. Hobbs e Jensen (2009, p. 6) haviam concluído que “Quando os alunos dizem que usam a Internet, eles se referem a um conjunto de comportamentos totalmente diferentes daqueles que os professores ativam quando usam a Internet”. De acordo com os autores, a educação para a competência midiática nos Estados Unidos está ativamente evidenciada nos métodos instrucionais e na pedagogia da alfabetização midiática, integrando estruturas teóricas e críticas originadas da teoria de aprendizagem construtivista, estudos de mídia e estudos culturais. O estudo de Hobbs e Jensen (2009) surgiu de um legado de uso de mídia e tecnologia na educação ao longo do século 20 e o surgimento do trabalho interdisciplinar nas interseções do trabalho acadêmico em estudos de mídia e educação.

A dissertação de Johnson (2017) apresenta um método para melhorar a capacidade de jovens adolescentes de avaliar sites da *Web* de forma crítica. Uma unidade de intervenção compreendeu três iterações de um ciclo de instrução em que os alunos anotaram sites da *Web* de forma independente sobre questões controversas e discutiram a confiabilidade desses sites em discussões dialógicas.

Esses apelos na literatura para uma perspectiva mais ampla na abordagem da competência informacional devem incluir, de acordo com Karlova e Fisher (2013), *misinformation* e desinformação para refletir as complexidades da vida moderna. Ou seja, uma vez que informar mal e desinformar são tipos de comportamento informacional, suas ligações com a competência informacional são numerosas, incluindo difusão, compartilhamento e indícios de credibilidade. Nessa perspectiva Levine (2005) explica que na Internet, com centenas de milhões de usuários, um grande número de pessoas acredita em todos os tipos de informações falsas, apoiando-se mutuamente.

O resultado desse processo pode ser produzir efeitos de bola de neve ou cascata, pois grandes grupos de pessoas acabam acreditando em algo - seja ou não algo verdadeiro - simplesmente porque outras pessoas, na comunidade relevante, parecem acreditar que é verdade” (SUNSTEIN, 2001, p. 83 apud LEVINE, 2005, p. 2).

Para piorar a situação, na Internet, é possível induzir as pessoas a acreditar que há suporte para uma opinião ou crença, mesmo que dificilmente alguém realmente acredite. Por exemplo, pode-se exagerar o nível de interesse público em um site pelo simples mecanismo de inflar os números em um *clickbait*² (Fitzgerald, 1997 apud LEVINE, 2005).

Embora as escolas não possam evitar de abordar a questão da desinformação na *Web* como um aspecto da educação em competência em informação, Levine (2005) concluiu que não é sensato esperar que elas resolvam os problemas criados por informações falsas e enganosas.

2 (na internet) conteúdo cujo objetivo principal é atrair a atenção e incentivar os visitantes a clicarem em um link para uma determinada página da Web.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção explicita e justifica o conjunto de procedimentos metodológicos que ajudaram na investigação do problema e na resposta aos objetivos apresentados na Introdução. Apresenta-se a abordagem, os instrumentos de coleta de dados, de análise e interpretação dos resultados.

3.1 Classificação da pesquisa

Autores que discutem e escrevem sobre metodologia de pesquisa ressaltam os procedimentos metodológicos como recursos para dar qualidade e confiabilidade ao trabalho científico (GIL, 1999; MARCONI; LAKATOS, 2000; CERVO; BERVIAN, 2002).

Com relação aos objetivos, esta é uma pesquisa descritiva. De acordo com Gil (1999, p. 46) a pesquisa descritiva “[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Este estudo caracteriza-se como descritivo porque quer somente conhecer o modo como fenômeno da informação no contexto no qual ele se constitui e as características e processos que dele fazem parte. Nas pesquisas descritivas, o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para poder modificá-la.

Quanto aos procedimentos técnicos, esta é uma pesquisa bibliográfica. Lima e Mito (2007) alertam que um dos procedimentos mais visados pelos investigadores e que pode ter sua escolha definida sem o devido cuidado com o objeto de estudo que é proposto é a pesquisa bibliográfica. Inclusive, de acordo com as autoras, não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece, na análise de Lima e Mito (2007), porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica tem sido utilizada com grande frequência em estudos descritivos. A sua indicação para esses estudos relaciona-se ao fato de se tratar de uma pesquisa desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo

proposto (GIL, 1999). Em outras palavras, busca uma contribuição ou uma resposta ao problema proposto.

Assim, esta é uma pesquisa bibliográfica, pois buscará conhecer e analisar as contribuições na definição de *misinformation*, desinformação e competência crítica em informação já publicadas sobre o tema aqui abordado. De acordo com Cervo e Bervian (2000), quando o pesquisador se propõe a fazer uma pesquisa bibliográfica, ele seleciona o material para explicar ou apresentar um resultado para uma determinada situação, que se caracteriza como sua contribuição para a ciência naquela temática.

3.2 Levantamento do material bibliográfico

Lakatos e Marconi (2000, p. 107) definem as técnicas de coleta de dados como “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência” e [...] as habilidades para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos”. Correspondem, portanto, aos procedimentos técnicos utilizados na coleta dos dados: levantamento do material bibliográfico e levantamento do conteúdo contido no material bibliográfico. De acordo com Lima e Miotto (2007), os resultados da pesquisa bibliográfica dependem da quantidade e da qualidade dos dados coletados.

Esta pesquisa de natureza bibliográfica se utilizou de contribuições de autores reconhecidos no campo da Ciência da Informação, Filosofia, Sociologia e da Comunicação nas temáticas da desinformação e das concepções sobre competência crítica. Assim, foi possível relacionar como isso influencia na conjuntura atual da proliferação de desinformação.

O levantamento do material bibliográfico seguiu as seguintes etapas:

- a. Identificação do material bibliográfico - referência bibliográfica completa. Nessa etapa se levou em conta alguns critérios: a cobertura, a qualidade e a relevância das referências. A cobertura, contemplando trabalhos recentes e antigos, nacionais e internacionais. A qualidade diz respeito às fontes consultadas e, embora essas orientações possam ser flexibilizadas em função dos temas estudados, devem prevalecer: a) artigos de periódicos pertencentes aos estratos A1 a B1 do *Qualis* da Capes; b) dissertações em nível de doutorado; c) livros, cujos procedimentos teóricos metodológicos estejam descritos.
- b. Caracterização do material bibliográfico
 - Tema central – destaca o principal tema abordado;

- Objetivo da obra – verificar se o objetivo proposto na obra corresponde ao tema central da pesquisa;
 - Conceitos utilizados – identificar as referências conceituais presentes na obra e se são pertinentes ao objeto de estudo proposto;
 - Paradigma teórico;
 - Procedimentos metodológicos -
 - Referencial teórico – verificar o referencial utilizado pelo autor e a conexão das suas proposições, observando o paradigma assumido.
- c. Classificação do material bibliográfico por grupos temáticos - o material foi novamente classificado de acordo com o seu conteúdo. Por exemplo: Informação e Desinformação; *fake news*; pós-verdade, teoria crítica, competência crítica em informação.

Tendo em vista as características da pesquisa bibliográfica, foram realizadas leituras sucessivas do material, e, ademais, o processo de levantamento do material bibliográfico foi aprofundado no decorrer da análise para esclarecer aspectos e conceitos.

3.3 Análise e interpretação dos resultados

Consiste na análise do conteúdo do material bibliográfico e, portanto, diz respeito à exploração do material pertinente ao estudo. No caso da pesquisa bibliográfica, a leitura apresentou-se como a principal técnica, pois foi por meio dela que se pode identificar as temáticas e as concepções contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência.

Segundo Salvador (1986 apud LIMA; MIOTO, 2007), foram realizadas leituras sucessivas do material, identificando-as como:

- a. Leitura exploratória – também se constitui em uma leitura rápida cujo objetivo foi verificar se as referências selecionadas interessavam de fato para o estudo; demandou conhecimento sobre o tema, domínio da terminologia e habilidade no manuseio das publicações científicas. Se caracterizou na leitura dos títulos, dos resumos e das palavras-chave de cada artigo selecionado e daqueles que não haviam sido selecionados a priori, mas que foram sendo identificados com base nas leituras.
- b. Leitura seletiva – procurou determinar o material que de fato interessa, relacionando-o diretamente aos objetivos da pesquisa. Foi a etapa de seleção dos conteúdos pertinentes e relevantes.

- c. Leitura reflexiva ou crítica – estudo crítico do material orientado por critérios determinados a partir do ponto de vista do autor da obra, tendo como finalidade ordenar e sumarizar as informações ali contidas. A referida leitura foi realizada nos textos escolhidos como definitivos, pois nesta etapa já se buscava responder aos objetivos da pesquisa. Etapa de compreensão dos temas, dos conceitos e das considerações relevantes dos autores para a compreensão do objeto de estudo.
- d. Leitura interpretativa – foi o momento mais complexo e teve por objetivo relacionar as ideias expressas nas referências com o problema para o qual se buscava resposta. Implicou na interpretação das ideias do autor, acompanhada de uma interrelação destas com o propósito do pesquisador. Demandou um exercício de associação de ideias, transferência de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e capacidade de criar. O critério norteador nesse momento foram as respostas para cada um dos objetivos proposto.

A construção dessa etapa requereu interlocução crítica com o material bibliográfico buscando elementos de análises importantes para responder aos objetivos da pesquisa e compor a base de sustentação da reflexão que se apresenta nesta dissertação..

Freire (2018) argumenta que ao estudar o mundo social e as relações humanas, os sociólogos (e aqui estendemos a todos os pesquisadores), não são apenas informados por teorias, conceitos especializados e técnicas de investigação, mas também por escolhas epistemológicas, ontológicas e metafísicas, tácitas ou não.

Essas pressuposições gerais inarticuladas, cujo caráter transcende o domínio estrito da prática científica, possuem, no entanto, um papel na orientação do conhecimento sociológico produzido, isto é, estão intimamente conectadas à interpretação feita pelos sociólogos dos fenômenos sociais que estudam. (FREIRE, 2018, p. 213).

Quatro filósofos e estudiosos da informação são selecionados como reconhecidos em relação aos conceitos de informações, *misinformation* e desinformação: Luciano Floridi, Fred Dretske, Christopher Fox e Don Fallis. Todas as suas concepções se enquadram na filosofia da informação - uma interseção entre a filosofia analítica e os estudos da informação (SØE, 2016). Assim sendo, o foco principal serão as concepções apresentadas por Dretske, Floridi, Fox e Fallis como a base para análises de informações, *misinformation* e desinformação.

De acordo com Sør (2016), Luciano Floridi é um dos filósofos da informação mais notáveis e sua concepção de informações semânticas atua como a principal referência. O trabalho de Floridi é principalmente centrado em informações, no entanto, ele oferece definições de *misinformation* e desinformação, o que o torna um dos poucos, além de Fallis,

que abordam as três noções. No entanto, segundo Sør (2016), as noções de desinformação de Fallis são mais extensas. Don Fallis (2009, 2011, 2014, 2015) desenvolveu os fundamentos mais elaborados e completos de desinformação, com base na literatura sobre mentir, enganar e fraudar. As análises de desinformação de Fallis são desenvolvidas como respostas diretas a Fetzer (2004) e Floridi (2005, 2011) e vêm com breves definições de desinformação, *misinformation* e informação. Fallis também é um dos poucos que abordam as três noções.

Nesta estudo adotou-se a proposta metodológica de Fallis (2014), uma análise que parte de um conceito em comparação e oposição a um conjunto de pontos dados. Mais especificamente, se verificou duas maneiras pelas quais um conceito pode se mostrar inadequado. Primeiro, a análise podia ser muito ampla; por exemplo, uma análise da desinformação podia contar como definição algumas características que claramente não são partes da desinformação. Segundo, a análise podia ser muito estreita; por exemplo, a análise da desinformação podia não contar como desinformação algumas características que claramente são instâncias desse termo. Assim, além de capturar as intuições linguísticas sobre desinformação olhando nos contextos em que a palavra é usada, importa, para Fallis (2014) se a análise resultante pode realmente ajudar a detectá-la e impedir sua disseminação. O teste da análise de desinformação foram as aplicações práticas desenvolvidas por Fallis (2014).

A metodologia filosófica padrão que Fallis (2014; 2015) usou para esclarecer foi a análise conceitual. O objetivo da análise conceitual é identificar um conjunto conciso de condições necessárias e suficientes que determinem corretamente se algo se enquadra ou não no conceito em questão (MARGOLIS; LAURENCE, 2011; MELNYK, 2008).

Para abordar a perspectiva crítica na análise da desinformação, os fundamentos selecionados foram os de Nobre (2000; 2004), pois ele apresenta os princípios fundamentais formulados por Marx e as bases lançadas por Max Horkheimer (1895 – 1973) e Theodor Adorno (1903-1969) da teoria crítica intitulado Teoria Tradicional e Teoria Crítica de 1930. Para aproximar a análise aos conceitos de competência crítica em informação, optou-se por Bezerra (2019) e outros pesquisadores brasileiros a ele relacionados. Os autores apresentam a teoria crítica da informação, seguindo os mesmos passos teóricos e metodológicos da teoria crítica, adaptando-o ao campo de investigação dos estudos informacionais por meio da absorção e integração de dois conceitos da área da Ciência da Informação: o conceito de regime de informação e o conceito de competência crítica em informação. Em sua teoria crítica da informação, o conceito de regime de informação serve de orientação para a proposição de diagnósticos de época que sejam capazes de, conforme afirma Frohmann, “mapear os conflituosos processos que resultam em estabilizações provisórias e inquietas de conflitos entre

grupos sociais, interesses, discursos e até mesmo artefatos científicos e tecnológicos” (FROHMANN, 1995, s/p apud BEZERRA, 2019, p. 29). Ademais, foram usadas as perspectivas de Stahl (2006), na sua análise da informação e verdade e completada com outros autores: Karlova e Fisher, (2013); Huysmans (2016); Souza (2018); Savage (2018) e Levine (2005) para nomear os mais citados neste estudo.

Em tais referências, o fenômeno da *misinformation* e da desinformação foram analisados sob a ótica da crítica negativa, na medida em que se constituem como obstáculos que impedem que as informações *on-line* sejam mais qualificadas do que poderiam ser, tendo em vista que informar mal e desinformar são pluralidades do comportamento em informação das pessoas. Já o conceito de competência crítica em informação aponta para as perspectivas de emancipação social, colocando-se como um dos possíveis caminhos para a práxis transformadora no cerne das mídias e das mais diversas plataformas, como *Facebook*, *Google*, *Netflix*, *Spotify* e outras, incluindo aqui a rede social criptografada *WhatsApp*.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Esta seção corresponde ao resultado e à discussão acerca dos referenciais utilizados para o desenvolvimento do trabalho. Está, portanto, composta dos conceitos e das análises relevantes obtidos e sintetizados durante o estudo.

4.1 Os conceitos - as características distintas e distintivas de informação, *misinformation* e desinformação

Fallis define informação, *misinformation* e desinformação como conteúdo representacional, onde é especificado ainda que a *misinformation* é imprecisa e enganosa e a desinformação é intencional, ou seja, deliberadamente enganosa. Fallis define informação como "algo que tem conteúdo representacional" (FALLIS, 2014, p. 137), independentemente do seu valor de verdade. Embora o foco principal esteja na desinformação, Fallis (2014,2015) também fornece algumas breves definições de *misinformation*. Em termos gerais, *misinformation* é simplesmente informação imprecisa - isto é, conteúdo representacional impreciso - de vários tipos.

De acordo com Søre (2018), na elaboração de Fallis (2015), a informação é algo que representa uma parte do mundo como sendo de certa maneira. Em outras palavras, é algo que

tem conteúdo semântico (ou representacional). O texto "O gato está no tapete" representa o gato como realmente estando no tapete; também uma fotografia do gato pode representá-lo como estando no tapete. (FALLIS, 2015, p. 404-405). No entanto, de acordo com Sør (2018), o gato não precisa realmente estar no tapete para que o texto o represente. Como Fallis coloca: "Tomo o termo informação para se referir a conteúdo representacional falso, bem como a conteúdo representacional verdadeiro" (Fallis, 2015, p. 406).

Na noção de Fallis, é o engano intencional (ou não acidental) que distingue desinformação de *misinformation*. "Informações imprecisas (ou *misinformation*) podem enganar as pessoas, sejam elas resultado de um erro honesto, negligência, preconceito inconsciente, ou, como no caso da desinformação, engano intencional" (FALLIS, 2014, p. 136). Assim, o traço distintivo entre *misinformation* e desinformação é a intencionalidade: o engano não intencional versus o intencional (não acidental), imprecisão e falsidade. Com base em Sør (2018), entende-se por "engano" a qualidade de ser enganoso. Enganar é a capacidade de desviar outras pessoas, por exemplo, levá-las na direção errada e com propensão a causar falsas crenças.

Fallis (2009; 2014;2015) analisou a desinformação para descobrir conjuntos de condições sob as quais a desinformação pode ocorrer. Na identificação de informação, *misinformation* e desinformação, as primeiras características a serem constatadas são engano e não engano. Segundo, vem a intencionalidade, a fim de distinguir entre intencional (não acidental) e engano não intencional. Isso leva às terceiras características da verdade e da falsidade, que não determinam se algo é informação, *misinformation* ou desinformação - embora o conteúdo representacional em questão geralmente tenha valores de verdade.

Embora a desinformação possa compartilhar propriedades com informação e *misinformation* (por exemplo, verdade, precisão, integridade, atualidade), a desinformação é uma informação deliberadamente enganosa. As intenções por trás de tal engano podem incluir razões socialmente motivadas e benevolentes (por exemplo, mentir sobre uma festa surpresa, aderir a valores culturais, demonstrar adesão à comunidade, etc.) e motivações pessoais, razões antagônicas (por exemplo, manipular o preço das ações do concorrente, controlar uma população, arruinar a reputação de alguém, etc.).

Depois de examinar as várias análises propostas na literatura, argumentamos com Fallis (2014; 2015) que desinformação é informação enganosa que tem a função de enganar. No Quadro 2, resumimos as análises de Fallis (2014) sobre desinformação, tal como discutido na seção 2.1 da revisão teórica, apresentando as características que caracterizam claramente a desinformação.

Quadro 2 - Exemplos de análises de desinformação

Claramente Desinformação	Não Claramente Desinformação
Mentiras maliciosas não acidentais enganosas	Declarações verdadeiras não enganosas
Desinformação Visual não acidentais enganosas	Falsidades acidentais apenas acidentalmente enganoso
Desinformação verdadeira não acidentais enganosas	Piadas não enganosas
Efeitos colaterais da desinformação não acidentais enganosas	Comentários sarcásticos não enganosos
Desinformação adaptada não acidentais enganosas	Verdades acidentais não enganosas
Desinformação Altruísta não acidentais enganosas	Mentiras inofensivas não enganosas
Desinformação prejudicial não acidentais enganosas	Sátira Somente acidentalmente enganosa

Fonte: Elaborado com base em Fallis (2014, p. 624 – 625).

O Quadro 2 mostra as várias análises deste conceito que foram propostas por cientistas da informação e filósofos. Fallis (2014) explica porque as análises são muito amplas (isto é, incluem características que não são desinformação) ou muito estreitas (excluem características que são desinformação) ou ambas. De fato, várias dessas análises excluem formas importantes de desinformação, como desinformação verdadeira, desinformação visual, efeitos colaterais da desinformação e desinformação adaptada. Depois de considerar as deficiências dessas análises, Fallis (2014) argumenta que a desinformação é uma informação enganosa que tem a função de enganar.

A análise da desinformação apresentada parece incluir todos os casos de desinformação. Por exemplo, a desinformação tem a função de enganar, porque a fonte se beneficia sistematicamente de ser enganosa. Além disso, a desinformação tem a função de enganar, porque a fonte pretende que ela seja enganosa. Além disso, essa análise parece excluir os casos que claramente não são desinformação; por exemplo, verdades acidentais e mentiras implausíveis não são enganosas. Além disso, embora falsidades acidentais e sátiras às vezes possam ser enganosas, a fonte das informações não pretende enganar as pessoas, nem se beneficia sistematicamente das pessoas que são enganadas. Se as pessoas são enganadas, é simplesmente um acidente (FALLIS, 2015).

A *misinformation* não parece receber a atenção que merece. Embora o Oxford English Dictionary defina *misinformation* como “informação errada ou enganosa”³, poucos autores discutiram o tópico em detalhes. O trabalho pioneiro de Fox (1983) sobre *misinformation* delineou claramente a relação entre informação e *misinformation*. Fox (1983) afirmou que *misinformation* é uma espécie de informação e, assim, traçou a relação claramente: *misinformation*, embora falsa, ainda é informação e, portanto, ainda pode ser informativa.

Losee (1997) afirmou que a *misinformation* pode ser simplesmente uma informação incompleta. Zhou e Zhang (2007) acrescentaram a esta discussão tipos adicionais de *misinformation*, incluindo ocultação, ambivalência, distorção e falsificação (porque eles não eliminam a ambiguidade entre *misinformation* e desinformação). Karlova e Lee (2011) acrescentaram que a *misinformation* também pode ser imprecisa, incerta (talvez por apresentar mais de uma possibilidade ou escolha), vaga (obscura) ou ambígua (aberta a múltiplas interpretações). Informações incompletas também podem ser uma forma de engano, que frequentemente se qualifica como desinformação. Fallis (2009), no entanto, analisou a desinformação para descobrir conjuntos de condições sob as quais a desinformação pode ocorrer. Ele concluiu que, “... embora a desinformação seja normalmente imprecisa, não precisa ser imprecisa. Só tem que ser enganoso.

O cientista da informação Hernon (1995) considera *misinformation* e desinformação como categorias mutuamente exclusivas. No entanto, é mais adequado usar o termo *misinformation* para se referir a informações imprecisas em geral (FOX, 1983), e tratar a desinformação como um subconjunto adequado de *misinformation* (FLORIDI, 2011; SKYRMS, 2010). Se é resultado de um erro honesto, negligência, preconceito inconsciente ou, como no caso de desinformação, engano intencional, *misinformation* pode enganar as pessoas. A *misinformation* nos metadados pode fazer com que as páginas da Web, por exemplo, sejam indexadas incorretamente e ausentes dos resultados de pesquisa apropriados.

Mas, a desinformação é uma forma particularmente problemática de informação enganosa porque não é por acaso que as pessoas são enganadas. Ao contrário de um erro honesto, a desinformação vem de alguém que está envolvido ativamente na tentativa de enganar. Além disso, além de causar danos diretamente, a desinformação pode prejudicar as pessoas indiretamente, corroendo a confiança e, assim, inibindo nossa capacidade de compartilhar informações efetivamente entre si. Assim, a identificação de estratégias para lidar com o problema da desinformação é particularmente premente (FALLIS, 2015).

Desinformar não é novidade. Um exemplo padrão é a Operação Guarda-Costas, uma campanha de desinformação da Segunda Guerra Mundial destinada a ocultar o local planejado da invasão do Dia D. Entre outros enganos, os aliados enviaram falsas transmissões de rádio e criaram relatórios militares fraudulentos, numa tentativa bem-sucedida de convencer os alemães de que uma grande força em East Anglia estava pronta para atacar Calais em vez da Normandia (FARQUHAR, 2005 apud FALLIS, 2015). No entanto, a desinformação parece ter se tornado muito mais predominante nos últimos anos.

Visto que a *misinformation* pode ser falsa e a desinformação pode ser verdadeira, a *misinformation* e a desinformação devem ser subcategorias de informação distintas (ver Quadro 3).

Quadro 3 - Um resumo das características de informação, *misinformation* e desinformação.

	Informação	<i>Misinformation</i>	Desinformação
Verdadeira	S	S/N	S/N
Completa	S/N	S/N	S/N
Atual	S	S/N	S/N
Informativa	S	S	S
Enganosa	N	N	S
S: Sim N: Não S/N: Pode ser Sim e Não, dependendo do contexto e da hora			

Fonte: Karlova e Fisher (2013, sem página).

Como se lê no Quadro 3, embora a desinformação possa compartilhar propriedades com informações e *misinformation* (por exemplo, verdade, precisão, integridade, atualidade), a desinformação é uma informação deliberadamente enganosa.

4.2 Considerações na análise da desinformação

Algumas questões devem ser observadas nessa análise da desinformação, inclusive com base no Quadro 3.

- I. O apelo à funcionalidade faz da desinformação um conceito "histórico"; isto é, se uma informação conta ou não como desinformação não depende apenas de suas “características perceptíveis e potencialmente perceptíveis” (ROWE, 2012, p. 157 apud FALLIS, 2015, p. 414). Em particular, não basta que a informação seja enganosa; depende de como a informação veio a ser enganosa. Nesse sentido, a propriedade de ser desinformada é como ser um Van Gogh genuíno. “Mesmo que fosse possível criar uma reprodução molécula por molécula de A Noite Estrelada, não seria um Van Gogh porque

não foi realmente pintado por Vincent Van Gogh.” (ROWE, 2012, p. 173 apud FALLIS, 2015, p. 414).

- II. O fato de que diferentes tipos de desinformação adquiriram a função de enganar pessoas de diferentes maneiras pode fazer a diferença em como podemos detectar desinformação; por exemplo, podemos procurar evidências de que alguém tem a intenção de enganar⁴ No entanto, também podemos procurar evidências de que alguém se beneficia com as pessoas que são enganadas.
- III. O fato de uma informação ter a função de enganar não significa que ela teve essa função assim que foi criada ou divulgada pela primeira vez. Embora determinadas histórias satíricas não tenham a intenção de enganar as pessoas, essas histórias se tornariam desinformação se os editores defendessem seriamente sua precisão na grande imprensa. Se a fonte de uma informação vê que as pessoas estão sendo enganadas, ela geralmente tem a obrigação de corrigir o erro. Portanto, se ela tem a oportunidade de esclarecer as coisas e não o faz, não é mais um acidente que as pessoas são enganadas.
- IV. Dizer que desinformação tem a função de enganar pessoas não significa sugerir que enganar pessoas é o objetivo final da disseminação da informação. Pessoas enganadoras podem ser (e geralmente serão) apenas um passo intermediário para um fim posterior. Por exemplo, se alguém apenas enganou seus perseguidores para escapar; mesmo assim, a função de sua declaração enganosa era enganá-los.
- V. Finalmente, deve-se notar que, embora o objetivo final de disseminar a desinformação seja frequentemente problemático, às vezes é uma coisa boa. Por exemplo, presumivelmente os Aliados estavam justificados em usar a desinformação para impedir o domínio nazista do mundo. Também um *hacker*, aparentemente, o faz para expor as fraquezas de segurança do site, para que possam ser corrigidas. De fato, desinformação às vezes pode até ser uma coisa boa, epistemologicamente falando (FALLIS, 2015).

Fallis (2015) concorda com Floridi (2012) na sua consideração de que pode não haver um conjunto conciso de condições necessárias e suficientes que capte perfeitamente o conceito de desinformação. “Desinformação pode ser um “conceito de protótipo””; isto é, pode haver simplesmente casos prototípicos de desinformação, com coisas diferentes se aproximando ou se afastando desses protótipos.” (FALLIS, 2015, p. 416). Todavia, Fallis (2015) contesta que

4 É assim que funcionam muitas técnicas de detecção de mentiras. Essas técnicas procuram por indicações, como nervosismo ou apreensão, de uma “mente culpada”.

mesmo que seja impossível encontrar uma análise que capte perfeitamente o conceito de desinformação, ainda podemos nos esforçar para chegar o mais perto possível. “Parece provável que isso nos ajudaria a desenvolver melhores técnicas para identificar desinformação e melhores políticas para impedir sua disseminação.” (FALLIS, 2015, p. 417).

Fallis (2015) reconhece que existem razões para acreditar que nenhuma das análises de desinformação existentes é boa o suficiente para lidar com essa séria ameaça à qualidade da informação. Contudo, refuta que os contraexemplos que ofereceu a essas análises não são apenas possibilidades lógicas (ou "casos peculiares"); essas formas de desinformação são fenômenos comuns do mundo real que podem ser bastante perigosas. Ou seja, o autor argumenta que desinformação visual, desinformação verdadeira (ou seja, a verdadeira desinformação), desinformação de efeito colateral (que não se destina a enganar) e desinformação adaptada (que também não se destina a enganar), devem ser incluídas na taxonomia de informações epistemicamente perigosas. Ademais, imagens enganosas (isto é, desinformação visual) podem ser facilmente mais epistemologicamente perigosas do que palavras enganosas; por exemplo, as pessoas geralmente tiram fotografias como evidência mais convincente do que mero testemunho. Fallis (2005) acredita que informações enganosas verdadeiras podem ser epistemologicamente mais perigosas do que informações enganosas falsas. Além disso, a verdadeira desinformação pode muito bem ser mais predominante do que a desinformação que é realmente falsa. Se você realmente não disser nada falso, é mais difícil provar que você estava tentando enganar alguém. Portanto, segundo análise de Fallis (2015), os pretensos enganadores têm um incentivo para se ater à verdade, se puderem, enquanto ainda enganam.

Finalmente, mesmo que a desinformação que se destina a enganar seja mais prevalente do que a desinformação de efeito colateral (que não se destina a enganar) ou a desinformação adaptativa (que também não se destina a enganar), ainda é importante estar ciente dessas formas de desinformação. Por um lado, desinformação que se destina a enganar frequentemente é desinformação de efeito colateral e/ou desinformação adaptativa. Por exemplo, mesmo quando a desinformação se destina apenas a enganar uma pessoa em particular, ela tipicamente engana muitas outras pessoas como efeito colateral.

4.3 Considerações quanto à desinformação e o papel das tecnologias

Não há dúvida de que a *Web* se transformou em um enorme recurso para quem busca informações, incluindo estudiosos, pesquisadores, bibliotecários e documentalistas. O que

permanece em dúvida é a qualidade de algumas das informações encontradas na *Web*, de fato, se algumas delas estão realmente erradas ou baseadas em evidências incorretas ou inexistentes. (CALVERT, 2001). A verificação é possível, mas, de acordo com Calvert (2001), na velocidade em que a maioria das pessoas navega, elas não se dão tempo para verificar a veracidade das informações, nem voltam para verificá-las. Desinformação e outros erros, como citações bibliográficas incorretas, são facilmente transmitidos ao longo da cadeia de informações. No debate sobre qual é o papel da tecnologia na disseminação de *misinformation* e desinformação, vimos como as tecnologias e plataformas técnicas permitiram e apoiaram (suportaram) a disseminação desse tipo de conteúdo. E, criticamente, como as abordagens técnicas podem ser usadas para mitigar esses problemas - ou como elas são ineficazes? O contexto geral é complicado e exigirá, de acordo com Akers et al. (2018), estudo e colaboração entre pesquisadores de inúmeras áreas diferentes, tais como ciência cognitiva, economia, neurociência, ciência política, psicologia, saúde pública e sociologia, apenas para citar alguns.

As informações de saúde talvez estejam entre as mais problemáticas de todas as informações na *Web*. De acordo com Piper (2000), adolescentes e idosos são mais suscetíveis à desinformação nesta área, e mais e mais idosos estão ficando *on-line*, capitalizando o que consideram uma infinidade de informações sobre saúde, particularmente no que diz respeito a medicamentos, sintomas de doenças, curas alternativas e assim por diante.

Embora muitos sites comerciais possam oferecer informações confiáveis, eles normalmente se comprometem apenas com um conjunto selecionado de dados e fatos, de acordo com seus interesses comerciais. Embora existam muitos graus de desinformação na *Web*, de deliberados a acidentais, graves a cômicos, óbvios a sutis, as consequências talvez não sejam tão graves em nenhum lugar quanto nas áreas de saúde e negócios. Informações errôneas sobre a saúde podem simplesmente levar a ferimentos graves e até a morte. Informações comerciais incorretas podem resultar em colapso financeiro (PIPER, 2000).

Quando reconhecidas como tal, a informação, a *misinformation* e a desinformação podem ser valiosas para as pessoas, governos e empresas. Karlova e Fisher (2013) reconhecem a importância da competência informacional das pessoas, uma vez que a correção de informações imprecisas pode apresentar oportunidades para um engajamento significativo, conscientização pública e educação e fornecimento de serviços de informações comerciais.

Os governos podem usar a desinformação para exercer controle sobre a população. Negócios pode usar desinformação para manter ou reparar sua própria reputação ou para prejudicar a reputação de um concorrente. Esses exemplos de Karlova e Fisher (2013) sugerem apenas algumas das maneiras pelas quais a desinformação pode ser usada. Afinal,

desinformação e *misinformation*, se reconhecidas, também podem ser vendidas ou trocadas, difundidas por grupos sociais, usadas para tentar enganar, etc., ou podem ser mantidas com o receptor para evitar seu compartilhamento.

4.4 Considerações quanto à pesquisa crítica

Do ponto de vista da pesquisa crítica e da distinção de informação, *misinformation* (informação incorreta) e desinformação, a lição prática aprendida com Stahl (2006) é que precisamos ter muito cuidado com as afirmações da verdade e perceber que a verdade está sempre aberta ao debate. Isso significa que não existe uma linha divisória clara e inequívoca entre informação, *misinformation* e desinformação. Uma afirmação que pode servir como informação útil e clara quando proferida por A no contexto B, mas pode se tornar uma mentira direta com intenções políticas quando proferida pela pessoa C no contexto D. A única coisa que pode ser feita à luz dessa incerteza da verdade e informação é manter a mente aberta e permanecer aberta a discursos e novos argumentos.

Como vimos em Nobre (2000) e Stahl (2006), a pesquisa crítica tem suas raízes na crítica marxista do capitalismo e baseia-se na percepção de que o *status quo* atual é injusto. Portanto, pode ser caracterizado por sua intenção de mudar as realidades sociais e favorecer os menos favorecidos. Portanto, a pesquisa crítica nunca pode ser puramente descritiva, mas é intrinsecamente normativa e baseada em valores (WALSHAM, 1993 apud STAHL, 2006). Outra maneira de dizer isso é que uma postura crítica está focada no que há de errado com o mundo e não no que está certo.

O conceito mais frequentemente usado para representar a intenção crítica de mudar as realidades sociais é a emancipação. A pesquisa crítica visa emancipar aqueles que estão alienados por causa da atual estrutura da sociedade e de produção, aqueles que são excluídos dos discursos que moldam nossa sociedade. A emancipação representa a tentativa de ajudar as pessoas a alcançar seu potencial (KLEIN; HUYNH, 2004; STAHL, 2006), às vezes também expressa em termos de empoderamento.

Finalmente, os pesquisadores devem perceber que não há escolha entre pesquisa crítica carregada de valor e pesquisa objetiva não crítica (STAHL, 2006). Em vez disso, a escolha de não se envolver em pesquisas críticas é tanto uma escolha de valor quanto a opção de fazê-lo. Para os mais críticos, optar por não se envolver de maneira crítica é uma postura conservadora. É claro que os pesquisadores são livres para fazer essa escolha, mas devem estar cientes disso

e devem se perguntar se é melhor gastar seu tempo pensando em emancipação ou estabilização do sistema atual.

Souza (2018) também constata que na sociedade moderna, só a necessidade externa acaba por ser conscientemente articulada. Mais que isso, ela aparece como o único aspecto relevante da vida pessoal e social. A necessidade interna de justificação e sentido é reprimida e permanece irrefletida e fragmentada, relegada ao indivíduo isolado e incapaz de se abstrair de seu próprio contexto. Porém, segundo esse sociólogo, “Essa capacidade humana é revolucionária e, quando deixada livre, tende a questionar o sentido da tradição e da reprodução impensada da vida.” (SOUZA, 2018, p. 25).

Esse é o caso da nossa sociedade atual. Há uma contradição óbvia entre as novas possibilidades históricas de acesso à educação e à informação, potencialmente favoráveis à difusão do pensamento reflexivo e autônomo, e, do outro lado, as forças mobilizadas para que isso jamais aconteça. De acordo com Souza (2018, p. 25), “a indústria cultural antirreflexiva e concepções de mundo hegemônicas e subservientes ao poder, de fato são os atuais exércitos simbólicos que mantêm submissa a sociedade e bloqueiam seu potencial de desenvolvimento humano.”

Em todas as épocas e lugares, os seres humanos têm necessidades similares. Souza (2018) afirma que todos possuem uma “necessidade externa” (por comida, proteção contra as intempéries e sobrevivência material); e uma “necessidade interna”, de dotar de sentido a própria vida. A necessidade externa, que, de acordo com o autor, se confunde com a dimensão econômica da sobrevivência, é sempre mais evidente e compreensível. A necessidade interna, porém, é de mais difícil compreensão. “Como possui uma dimensão moral e política além da existencial, ela tem a ver com a legitimação pessoal e social que justifica a existência individual e a dominação social em todos os aspectos.” (SOUZA, 2018, p. 25).

Karlova e Fisher (2013) argumentam que a informação, *misinformation* e desinformação desenvolvem-se nos meios sociais, culturais e históricos. As pessoas passam a se guiar na vida cotidiana por um conjunto de ideias para conferir sentido à existência. Dada a invisibilidade desse processo secular de inculcação e incorporação inconsciente de ideias, segundo Souza (2018), as pessoas não identificam as formas culturais objetivadas - a dinâmica das instituições que as dominam e os interesses que elas defendem e que se tornam literalmente invisíveis. Não dá para criticar o que não se vê e o que não se percebe.

Este processo destaca a necessidade de uma análise crítica da difusão e compartilhamento de informações e de indícios de credibilidade e seu uso. Esses são elementos

da competência informacional, atividades nas quais as pessoas se engajam enquanto descobrem as nuances da *misinformation* e da desinformação.

4.5 Considerações quanto à competência crítica em informação

Em sua essência, a competência em informação refere-se a ser capaz de identificar, localizar, avaliar e usar a informação de maneira eficaz (GARNER, 2006 apud KARLOVA; FISHER (2013). Como se lê deste estudo, a Internet cria novos encargos interpretativos substanciais, além da oportunidade de explorar uma gama mais ampla de ideias. A competência em informação é, portanto, reconhecida como um recurso de empoderamento que fornece aos indivíduos as habilidades e competências necessárias para se tornarem cidadãos informados, que contribuem ativamente e se envolvem em suas comunidades e na sociedade.

O ambiente digital complexo e em evolução expõe as pessoas a uma abundância de opções de informações diversas que, na sua maioria, não são monitoradas e vêm em uma variedade de formatos, tornando difícil de verificar sua qualidade. É, portanto, imperativo que todos os membros da sociedade desenvolvam habilidades críticas e de avaliação aplicável a todos os formatos de informação, tanto offline como *on-line*. A pergunta feita por Hernon (1995) foi que, se sabemos que existe desinformação estabelecida no meio de comunicação impressa, isso também se tornará um problema no ambiente eletrônico? De fato, a natureza da comunicação eletrônica encoraja mais *misinformation* e desinformação do que no caso da impressa. A discussão do impacto da desinformação na Internet requer algum conhecimento do fluxo de informações e da maneira como as informações são criadas e usadas. O aspecto crítico disso para os usuários da *Web* é, segundo Calvert (1999) que a maior velocidade de acesso à informação com a navegação na *Web* nos torna vulneráveis à *misinformation* ou à desinformação, uma vez que não nos damos tempo suficiente para pensar no que acabamos de ler.

Embora *misinformation* seja o resultado de um erro humano de um tipo ou de outro, no meio acadêmico, como observou Calvert (1999), a má conduta conduzida em um ambiente acadêmico ou de pesquisa pode ser dividida em três categorias principais: fabricação, falsificação e plágio. A fabricação é a invenção dos dados usados em um estudo, a falsificação significa distorção deliberada dos resultados de um estudo e plágio é copiar as palavras de outras pessoas e transmiti-las como se fossem suas. Todas as três formas de má conduta geralmente resultam do desejo de alterar a autoria dos documentos, presumivelmente para

ganho pessoal na forma de recompensa instantânea, ou talvez para posse ou promoção em uma instituição acadêmica (CALVERT, 1999).

Um estudo conduzido por Calvert (1999) apontou que a solução mais comumente prescrita para o problema da má conduta acadêmica é a competência em informação que, de acordo com o autor, deveria se tornar parte do currículo. Isto é, ensinar os alunos a serem mais exigentes no uso da *Web* deveria se tornar parte de todos os programas de ensino superior: examinar a URL para verificar o nome do domínio, verificar a autoridade do autor e do editor, verificar se há uma data na página, procurar um endereço de e-mail de contato etc.

Andretta, (2005) acredita que as habilidades críticas e analíticas associadas à competência informacional podem ajudar os consumidores de informação a identificar fontes confiáveis e a refutarem as notícias falsas. Fazendo referência ao que foi debatido neste trabalho, o ambiente digital complexo e em evolução expõe as pessoas a uma abundância de opções de informações diversas em uma variedade de formatos, tornando difícil de verificá-las e validá-las. Andretta (2005) argumenta que é, portanto, imperativo que todos os membros da sociedade tenham habilidades críticas e de avaliação aplicável a todos os formatos de informação, tanto offline como online. Eva e Shea (2018) enfatizam sua preocupação em relação à incapacidade do público de distinguir entre fatos falsos e verdadeiros, o que torna as consequências de notícias falsas uma preocupação pública, além de institucional. Portanto, os bibliotecários não são necessários apenas para alunos e professores acadêmicos, mas para o público em geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa é obter um entendimento conceitual mais completo e profundo das noções de informação, *misinformation* e desinformação, suas interconexões e características distintivas e suas implicações para a competência em informação das pessoas. Para dar conta desse desafio, investigou as características que designam as diferenças entre informação, *misinformation* e desinformação e apontou as possíveis contribuições da competência crítica em informação para a reflexão sobre a *misinformation* e a desinformação, dois problemas informacionais reconhecidos da atualidade.

Sem pretender esgotar o debate, e, embora geralmente exista uma ênfase na verdade, na falsidade ou no engano como a característica que distingue informação de desinformação e *misinformation*, o recurso distintivo principal que a pesquisa encontrou é a intenção (o fato de ser deliberado ou proposital) de quem cria e compartilha as narrativas, e não o engano, a informação enganosa em si. Assim sendo, uma maneira para distinguir conceitualmente a desinformação é de pôr a ênfase na intenção e não na qualidade da narrativa. O artigo de uma das manchetes do dia 03/02/2021 no UOL ilustra bem essa ideia. A manchete: “Durante 77 dias, Trump usou políticos, extremistas e manobras para tentar subverter a eleição - Campanha extralegal se baseou na mentira muitas vezes repetidas de que houvera fraude no pleito”⁵. O artigo vai descrevendo que Trump vinha bombardeando a imprensa havia semanas com pistas sobre fraudes que, quando investigadas pelas autoridades federais, mostravam não ter fundamento. As alegações sobre máquinas de voto manipuladas eram falsas. Assim, a intenção de Trump era subverter a eleição; as narrativas, as manobras dele e dos políticos para dar materialidade à intenção se caracterizam na desinformação, na informação enganosa em si. Lendo o artigo, conclui-se que todas as manobras foram refutadas. Os leigos, diriam que, com esse resultado está tudo resolvido, já receberam o castigo. Nada disso, o crime está lá: a INTENÇÃO de subverter uma eleição.

A situação acima nos mostra que, na produção da desinformação, os enganadores só podem tentar enganar, pois mesmo quando a intenção de enganar está presente, o engano não garante o sucesso na realização de metas, independentemente de serem motivados pessoalmente ou socialmente. Entretanto, parte da interpretação da desinformação pode ser influenciada por fatores sociais, históricos e culturais. Ademais, enquanto indícios de credibilidade podem ser

5 <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/02/durante-77-dias-trump-usou-politicos-extremistas-e-manobras-para-tentar-subverter-a-eleicao.shtml>

usados por enganadores para enganar e indícios de engano podem ser usados pelos receptores para se defender contra o engano, nenhum dos conjuntos pode ser bem-sucedido no engano ou na defesa. Muito depende do grau em que os receptores podem suspeitar de desinformação, ou do grau em que certos aspectos das mensagens parecem suspeitos, falsos ou benignos. Por exemplo, a prática fraudulenta de envio de e-mails alegando ser de empresas conceituadas para induzir indivíduos a revelar informações pessoais, como senhas e números de cartão de crédito pretendem (fornecem indícios) ser de empresas legítimas. Muito depende do grau em que os receptores podem suspeitar de *misinformation* ou desinformação, ou do grau em que certos aspectos das mensagens os parecem suspeitos, falsos ou benignos. Isso depende da competência informacional.

Neste estudo, não estamos tentando determinar ou descrever como as pessoas fazem julgamentos sobre informações ou sobre indícios de engano ou credibilidade. Estamos, no entanto, sugerindo que esses tópicos exigem mais atenção, para incluir a importância da competência em informação. Se queremos compreender a natureza da confiabilidade, credibilidade, autoridade cognitiva e tópicos relacionados, a *misinformation*, a desinformação e os indícios de engano devem ser incluídos na agenda de pesquisa da competência em informação. Além disso, vimos que a verdade ou falsidade da informação não pode ser determinada "objetivamente". Esperamos, no entanto, que os esforços dos programas de competência informacional sejam suficientemente eficazes, de modo que indivíduos e equipes possam tomar decisões situacionais sobre o grau de verdade ou falsidade das informações.

Vimos evidências de que os programas de competência midiática e informacional tornam as pessoas usuárias da Internet mais confiantes e qualificadas. Mas, uma investigação mais detalhada poderia fornecer mais detalhes sobre o que contribui para o sucesso. Ademais, não se identificou um trabalho mais focalizado na compreensão da contribuição das bibliotecas fora das instituições de educação formal. Certamente, no Brasil, há uma necessidade de bibliotecas com pessoal e recursos apropriados para realmente servir às suas comunidades. As bibliotecas há muito ajudam os usuários a desenvolver sua capacidade de identificar as informações necessárias e, em seguida, localizá-las e aplicá-las.

A pesquisa nos mostrou que situações diferentes transmitem significados diferentes sobre coisas diferentes, e esses significados podem depender do conhecimento do receptor. A pesquisa ilustrou que a *misinformation* pode ser difícil de definir e identificar: o que é *misinformation* em uma situação pode não ser em outra porque os significados podem ser diferentes. Todavia, o ato de desinformar pode ser pouco dependente da situação em comparação com *misinformation* porque a intenção do falante é inalterável, mesmo se o falante

não agir de acordo com essa intenção. Um enganador tem a intenção de enganar, independentemente da situação, mas alguém que simplesmente informa mal pode não ter a intenção de fazê-lo.

No entanto, o sucesso ou fracasso do enganador pode depender fortemente da situação se algum aspecto do mundo mudar sem o conhecimento do enganador entre o momento em que ele fala e o momento em que o receptor age sobre a desinformação. Dito em outras palavras, o enganador pode falhar ao desinformar, apesar da intenção de fazê-lo; logo, a informatividade da desinformação pode depender da situação. A *misinformation* tende a ser acidental, mas seu caráter informativo pode depender da relação entre o falante e o receptor. A desinformação pode ser mais informativa do que a *misinformation*, talvez porque qualquer revelação ou implicação pode ser deliberada. Ou seja, a *misinformation* e a desinformação proporcionem diferentes níveis de informatividade, dependendo da situação.

Informação, *misinformation* e desinformação são difundidas por pessoas, governos e empresas. As intenções por trás dessa difusão, no entanto, são desconhecidas por que não podem ser conhecidas. A intencionalidade humana é tipicamente vaga e inconstante; é difícil saber - com qualquer grau de certeza - a intenção precisa de outro ser humano em um determinado momento. Claro, a presença de intenção na comunicação não pode ser negada. Mas mesmo quando questionadas sobre suas intenções, as pessoas podem não querer expressá-las. No que diz respeito a pós-verdade, informação, *misinformation* e desinformação podem ser difundidas sem que o falante nelas acredite. Mesmo quando uma declaração de crença é expressa, as intenções por trás dessa declaração não são claras. Um falante pode difundir essas informações como uma expressão de identidade ou de relacionamento com a comunidade ou grupo de interesse. Embora algumas informações, *misinformation* e desinformação possam ser acreditadas às vezes por algumas pessoas, governos e empresas, as razões para a crença são tão desconhecidas quanto a natureza da intencionalidade humana.

A *misinformation* é bastante problemática porque pode criar confusão e desconfiança entre os usuários e pode dificultar o uso das informações. Por exemplo, os usuários podem sentir-se inseguros quanto às informações e, portanto, incertos sobre se podem agir ou tomar uma decisão. Se os usuários reconhecerem os erros, eles podem buscar outra fonte de informação, ou compensar de alguma outra forma. Para bibliotecários e outros profissionais da informação, a *misinformation* nos metadados pode fazer com que as páginas da *Web*, por exemplo, sejam indexadas incorretamente e ausentes dos resultados de pesquisa apropriados.

A *misinformation* também pode causar problemas de credibilidade. Quando governos ou empresas fornecem informações incorretas, por exemplo, os usuários podem questionar se

o governo ou empresa é legítimo e uma fonte autorizada ou suspeitar se as informações que parecem imprecisas podem realmente ser enganosas, característica da desinformação. Como bem exemplificou Von Hohendorff (2019), no Brasil, recentemente, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fiocruz foram atacados. Dados sobre desmatamento, no país foram considerados inverídicos, mesmo sendo obtidos por meio de métodos científicos. Alguns dados, inclusive, foram proibidos de serem divulgados. O que Von Hohendorff (2019) lembrou, é que o desmonte das políticas científicas também ocorre por meio dos ataques aos pesquisadores, (não somente por meio do corte de investimento), desacreditando estudos e divulgando informações inverídicas sobre descobertas científicas muito bem consolidadas (a terra não é redonda, é plana).

Essas circunstâncias nos apontam que seria preciso que todos entendessem como se realizam as pesquisas e, conseqüentemente, como seus dados e resultados são obtidos. Mais do que isso, é preciso adaptar o método científico para que faça parte do cotidiano das pessoas. Um exemplo disso é a necessidade da competência em informação desenvolvida na população para buscar as evidências que sustentam as informações que consumimos. Não importa quem disse ou onde foi dito, é necessário que o consumidor da informação seja crítico e busque as evidências que as embasam. As escolas poderiam fazer a diferença, por exemplo, ao incluir a competência crítica em informação na formação básica das crianças, dos jovens e adolescentes.

Este estudo nos levou a outras conclusões interessantes. O que vimos é que o processo de desinformação não é novo. Porém, nunca se falou tanto em desinformação como na atualidade, em plena era da informação. Portanto, ainda que pareça, a novidade não está no processo em si, mas sim, no modo e na velocidade de como ele vem sendo praticado e difundido, gerando tensões e fenômenos singulares. As tecnologias de informação e comunicação, as redes digitais (internet e Web) e as multiplataformas de redes sociais e de mensagens instantâneas, estão sendo cada vez mais utilizadas para disseminar informações falsas em grande escala - não intencionalmente (*misinformation*) ou intencionalmente (desinformação) -, com efeitos sociais de alcance potencialmente amplo. O mais óbvio é que, nessa era em que uma proporção significativa das pessoas busca informações na Web para tomar decisões e aceita as informações disponíveis como factuais, os perigos de estar em uma rede de desinformação é muito real. Desde a eleição de Trump nos Estados Unidos da América o problema da desinformação está ficando fora de controle. Por outro lado, a propensão dos usuários da Web a usar o conteúdo disponível em sites de *blogs* e redes sociais é uma nova preocupação.

O estudo nos apontou que para desenvolver algoritmos que podem detectar *misinformation* e desinformação, é preciso entender pelo menos quais recursos esses algoritmos devem detectar. Para identificar se algo é informação, *misinformation* ou desinformação, é preciso distinguir o que caracteriza informação, *misinformation* e desinformação, respectivamente. É preciso saber o que procurar para diferenciar as noções - isto é, as características que distinguem as noções umas das outras. Essas características - esses recursos distintivos - são o que os algoritmos precisam detectar. Caso contrário, os algoritmos não serão capazes de discriminar as três noções - de maneira satisfatória e suficiente - e auxiliar na tomada de decisões.

A aceitação acrítica da desinformação é um problema sério da contemporaneidade, que enfrenta cada vez mais o desafio do que se passou a chamar pós-verdade. É cada vez maior o número de pessoas que não está interessada em saber se a informação recebida corresponde ou não à realidade. Essas pessoas aferram-se a opiniões baseadas em suas crenças. Em muitos casos, os navegadores e usuários de informação não têm o conhecimento e o treinamento necessários para avaliar ou criticar as fontes de informação da *Web*. Tomar decisões sábias sobre fontes e investigar também não é claramente uma questão de inteligência. Até especialistas podem se encontrar na armadilha da desinformação.

Outra conclusão é que os pesquisadores estão tentando encontrar soluções para compensar o efeito da desinformação na *Web*. Várias soluções foram sugeridas para minimizar o efeito de informações imprecisas e das *fake news* na *Web*, com suas próprias vantagens e desvantagens. As soluções sugeridas colocam mais ou menos o ônus principal nos usuários da *Web* para selecionar as informações. Isso se justifica se o usuário da *Web* tem conhecimento e sabe como separar as informações, das informações incorretas (*misinformation*) e das informações falsas no contexto do que está disponível na *Web*. Os pesquisadores apontaram que essa é uma situação complicada, pois educar os usuários da Internet e criar consciência entre eles é mais fácil dizer do que fazer, especialmente com o perfil variado dos usuários da *Web*.

Esta pesquisa apontou os problemas fundamentais da definição e determinação de informação. Além disso, buscou um entendimento básico do valor e da abordagem da pesquisa crítica. Embora essa abordagem não ofereça soluções simples, ainda é valiosa, pois nos possibilita estruturar as questões de maneira diferente e desafiar as suposições que costumamos dar como garantidas. Este estudo demonstra que o que geralmente vemos como informação boa e válida pode realmente ser visto como desinformação e que a perspectiva objetivista e positivista que geralmente associamos à pesquisa pode ser enganosa.

Portanto, um aspecto essencial desta reflexão consiste em evitar que a *misinformation* e a desinformação sejam estudadas isoladas de seus contextos sociais, das práticas e dos processos sociais em que elas emergiram e da totalidade social da qual necessariamente fazem parte. A teoria crítica não pretende somente pairar sobre o mundo, mas entender os conflitos sociais, dando-lhes um sentido emancipatório. Significa compreender o que tem de melhor embutido no mundo e, por isso, prática não significa somente uma aplicação da teoria, mas envolve embates e conflitos políticos. O objetivo da pesquisa é, então, expor ideologias e abrir discursos, introduzindo novos argumentos.

5.1 Limitações da pesquisa e proposta de novos estudos

Reconhece-se que os resultados desta pesquisa não são completos e abrangentes o suficiente; portanto, este estudo é oferecido mais como peça de discussão do que como pesquisa conclusiva. Por exemplo, tal como apresentado na revisão teórica na seção que se busca entender exatamente o que é desinformação, a análise funcional tirada de Fallis (2014) lida com os casos discutidos neste estudo. Mas existem outras complicações que não foram abordadas. Por exemplo, muitas vezes uma informação é endereçada a um grande público, e pode ter a função de enganar apenas parte desse público. Além disso, em sendo um progresso conceitual, para entender melhor como o conceito de desinformação está relacionado ao conceito de função, seria necessária uma análise mais detalhada do que é uma função. Embora o trabalho conceitual nesta dissertação nos ajuda a lidar com a ameaça à qualidade da informação, identificando vários tipos importantes de desinformação das quais precisamos estar cientes, há espaço para novas pesquisas para discutir ainda mais como essa análise funcional pode nos ajudar a detectar desinformação e impedir sua disseminação. Também se sugerem novas pesquisas para debater a possibilidade de ensinar competência crítica em Informação nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã. In: BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor W., HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril, p. 215-263, (Coleção Os pensadores, v. 6), 1983.
- AGHAGOLI, Ghazal; SIFF, Emily J.; TILLMAN, Anastasia C.; FELLER, Edward R. COVID-19: Misinformation can kill. **Rhode Island medical journal**, v. 103, n. 5, p 12-14, 2020.
- AKERS, John; et. al. Technology-Enabled Disinformation: Summary, Lessons, and Recommendations. **Technical Report UW-CSE**, v. 12; n. 2; p. 1-15, 2018.
- ANDRETTA, Susie. **Information literacy: A practitioner's guide**. Oxford, England: Chandos Publishing, 2005.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, p. 01-17, 2020.
- ARENT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 330. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_arendt_origens_totalitarismo.pdf Acesso em: 08 de julho de 2021.
- BALEM, Isadora Forgiarini. O Impacto das fake news e o fomento dos discursos de ódio na sociedade em rede: a contribuição da liberdade de expressão na consolidação da democrática. **Anais...Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**, Santa Maria, 8-10, nov. 2017.
- BHATTACHARJEE, Dibyojyoti. **An attempt to measure the credibility of information provided in a Web site**. SSRN, 2007. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1622568> Acesso em: 15 de maio de 2020.
- BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Anna. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade (UFPB. ONLINE)**, v. 27, p. 7-16, 2017.
- BEZERRA, A. C. Contribuição da teoria crítica aos estudos sobre regime de informação e competência crítica em informação. **Anais ... XIX ENANCIB - Encontro Nacional em Pesquisa em Ciência da Informação. GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação - Comunicação Oral**. Londrina, Paraná, 22 – 26 de outubro, 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1354/1840> Acesso em: 05 de junho de 2019.
- BEZERRA, Artur. C.; SCHNEIDER, Marcos.; SALDANHA, Gustavo. S. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 29, n. 3, 30 set. 2019.

BEZERRA, Artur. C. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. In: BEZERRA, Artur. C. et al. **iKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019. 252 p.

BLOCH, Marc. **Réflexions d'un historien sur les fausses nouvelles de la guerre**. Paris: Allia, 1999.

BOTELHO, Vinícius. Perspectiva para os Programas de Transferência de Renda em 2021. **Instituto Brasileiro de Economia FGV IBRE**, p. 1-39, Dezembro, 2020. Disponível em: < <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-12/paperviniciusbotelhoibre2020.pdf> > Acesso em: 03 jan. 2021.

BOVEE, Matthew; SRIVASTAVA, Rajendra P.; MAK, Brenda. A conceptual framework and belief-function approach to assessing overall information quality. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION QUALITY (ICIQ-01), 6., 2001, Cambridge. Proceedings [...]. Cambridge: MA, 2001. p. 311-324

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.870, de 17 de setembro de 2019**. Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para determinar que, em área rural, para fins de posse de arma de fogo, considera-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel. Brasília, D.O.U. 18 de setembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13870.htm Acesso em: 20 nov. 2020.

BROCK, Floyd J.; DHILLON, Gurpreet S. Managerial information: The basics. **Journal of International Information Management**, v. 10, n. 2, p. 45 – 59, 2001.

CAPURRO, Rafael. Ética intercultural de la información - Palestra. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 15, n. 1, abr. 2010. ISSN 19815344. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1073>. Acesso em: 06 de junho de 2020.

CALVERT, Philip J. Web-based misinformation in the context of higher education. **Asian Libraries**, v. 8, n. 3, p. 83-91, 1999.

CALVERT, Philip J. Scholarly misconduct and misinformation on the World Wide Web. **The Electronic Library**, v. 19, n. 4, p. 232-240, 2001.

CONSTÂNCIO, João. Darwin, Nietzsche e as consequências do darwinismo. **Cadernos de Nietzsche**, v. 26, p. 109-154, 2010. Disponível em: <http://www.cadernosnietzsche.unifesp.br> Acesso em: 15 de março de 2019.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **Developing media literacy and critical thinking through education and training** - Council conclusions, 30 May, 2016. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2017/573454/IPOL_IDA\(2017\)573454_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2017/573454/IPOL_IDA(2017)573454_EN.pdf). Acesso em: 09 de dezembro de 2020.

EVA, Nicole; SHEA, Erin. Amplify your impact: Marketing libraries in an era of "fake news". **Reference & User Services Quarterly**, v. 57, n. 3, p. 168–171, 2018.

FALLIS, Don. A conceptual analysis of disinformation. **Proceedings ...iConference iSociety: research, education, engagement**. University of North Carolina at Chapel Hill, Chapel Hill, North Carolina, USA, February 8 to 11, 2009.

http://ischools.org/images/iConferences/fallis_disinfo1.pdf Disponível em:
https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/15205/fallis_disinfo1.pdf?sequence=2&isAllowed=y Acesso em: 14 de setembro de 2020.

FALLIS, Don. Floridi on disinformation. **Etica & Politica**, v. 13 n. 2, p. 201-214, 2011.

FALLIS, Don. The varieties of disinformation., *In*: FLORIDI, Luciano; ILLARI, P. (Eds). **The philosophy of information quality**. Heidelberg, New York, Dordrecht, London: Springer Cham, 2014. p.135-161.

FALLIS, Don. What is disinformation? **Library Trends**, v. 63, n.3, p. 401-426, 2015.

FETZER, J. H. Disinformation: The use of false information. **Minds and Machines** , v.14, p. 231-240, 2004.

FITZGERALD, Mary Ann. Misinformation on the Internet: Applying evaluation skills to online information. **Emergency Librarian**, v. 24, n. 3, p. 9-14, 1997.

FLORIDI, Luciano. The Internet as a disinformation superhighway?, **The Electronic Library**, v. 14, n. 6, p. 509-551, 1996.

FLORIDI, Luciano. **The philosophy of information**. Oxford: Oxford University Press, 2011. 405 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987. 296 p.

_____ **A ordem do discurso** - Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24ª edição, Edições Loyola, 1996. 80 p.

Fox, Christopher John. **Information and misinformation: an investigation of the notions of information, misinformation, informing, and misinforming**. Westport, CT: Greenwood, 1983. 223 p.

GARNER, Sarah Devotion. **High-level Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning**. Bibliotheca Alexandrina, Alexandria, Egypt, November 6-9, 2005: report. Reported and Edited by Sarah Devotion Garner, J.D., M.L.I.S, março, 2006. 87 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001448/144820e.pdf> Acesso em: 04/01/2021.

HABERMAS, Jürgen.. Teoria analítica da ciência e dialética. In: CIVITA, V. (ed.). **Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno: textos escolhidos**. São Paulo: Abril, pp. 267-289. 1983. (Coleção Os pensadores, v. 6).

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo-** Racionalidade da ação e racionalização social. Vol. 1, 1ª edição, Editora: Wmf Martins Fontes, 2012. 730 p.

HARRIS, Robert. **Evaluating Internet research sources**. VirtualSalt. Outubro, 2018. Disponível em: <http://www.virtualsalt.com/evalu8it.htm>
Acesso em: 11 de maio de 2020.

HIGH LEVEL EXPERT GROUP ON FAKE NEWS AND ONLINE DISINFORMATION (HLEG). **A multidimensional approach to disinformation**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018.

HERNON, Peter. Disinformation and misinformation through the Internet: Findings of an exploratory study. **Government Information Quarterly**, v. 12, n. 2, p. 133-139, 1995.

HERNON, Peter.; ALTMAN, Ellen. Misconduct in academic research: its implications for the service quality provided by university libraries. **Journal of Academic Librarianship**, v. 21, n. 1, p. 27-38, 1995.

HOBBS, Renee; JENSEN, Amy. The Past, Present, and Future of Media Literacy Education. **Journal of Media Literacy Education**, v. 1, n.1 p. 1-11, 2009.

HORKHEIMER, Max. 1983. Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor W., HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril, p. 125-162, (Coleção Os pensadores, v. 6), 1983.

HOUSE OF COMMONS. **Disinformation and ‘fake news’**: final report. London: House of Commons, 2019.

HUYSMANS, Frank. **Research for cult committee** - promoting media and information literacy in libraries. Policy Department for Structural and Cohesion Policies, European Parliament, 2016. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/supporting-analyses>
Acesso em: 08 de novembro de 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Libraries, media and information literacy only sustainable response to fake news**. Feb., 2018. Disponível em: <https://www.ifla.org/ES/node/25805>. Acesso em: 14 de dezembro de 2020.

JOHNSON, Angela Kwasnik. **Cultivating critical mindsets in the digital information age: teaching meaningful web evaluation**. 2017. 153 p. Dissertation (Doctor of Philosophy) - Educational Psychology and Educational Technology, Michigan State University, 2017.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: Notas sobre a mentira na era Trump. Tradução: André Czarnobai e Marcela Duarte, 1. ed., Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018. 272 p.

KARAS, T. **Through increasing “information literacy” capital and habitus (agency) the complementary impact on composition skills when appropriately sequenced**. 2017. 113 p. Dissertation (Doctor of Education) - Fielding Graduate University, United States, 2017.

KARLOVA, Natascha A.; FISHER, Karen E. A social diffusion model of misinformation and disinformation for understanding human information behaviour. **Information Research**, v. 18, n. 1, p. 1-12, 2013. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/18-1/paper 573>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

KLEIN, Heinz K.; HUYNH, Minh Q. The critical social theory of Jürgen Habermas and its implications for IS research. In: MINGERS, John; WILLCOCKS, L. (Eds.). **Social theory and philosophy for information systems**. p. 157 – 237. Chichester: Wiley, 2004.

LEVINE, P. The problem of online misinformation and the role of schools. **SIMILE: Studies in Media & Information Literacy Education**, v. 5, n.1, p. 1-11, 2005.

MAIA, Mariângela Rebelo; BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida. Hiperinformação na era digital: validação das informações sobre saúde. **P2P & Inovação**, v. 6, n. 1, Ed. Especial, p. 285-300, 2019.

MANIERI, Tiago, ROSA, Elisa C. F..Comunicação pública, cidadania e democracia: algumas reflexões. Revista Comunicação Midiática, v.7, n.1, p.192-206, jan./abr. 2012. Disponível em:<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/307>

MARTINEZ, T. **The effects of cognitive engagement while learning about misinformation on social media**. 2019. 80 p. Dissertation (Doctor of Philosophy) - Arizona State University, 2019.

MOJZESZOWICZ, Albert Felipe. Teoria tradicional e teoria crítica: uma releitura. **ANPAD**, 2004. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2004-365.pdf>. Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. Editora: Jorge Zahar, 1ª Ed., 2004.

NOBRE, Marcos. **O marxismo da teoria crítica**. Fundadores no pensamento no século XX. Editora Cultura Marcas. DVD da série Balanço do Século XX, Paradigmas do Século XXI, no. 261, 2000.

PINZANI, Alessandro. Teorias políticas tradicionais e teoria crítica. **Lua Nova**, São Paulo, v. 102: 57-91, 2017.

PIPER, Paul. S. Better read that again: Web hoaxes and misinformation. **Searcher**, v.8 n. 8, p. 40-49, 2000.

PIPINO, Leo.; LEE, Yang. Medical errors and information quality: a review and research agenda. In: AMERICAS CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS, 17., Detroit. **Proceedings**[...]. Detroit, Michigan: Association for Information Systems (AIS),2011.

SAVAGE, Amy. **The impact of a media literacy curriculum on middle school students' ability to recognize racial bias in mass media**. 2018. 144 p. Dissertation (Doctor of Education in Curriculum and Instruction) - College of Education, University of South Carolina, 2018. Disponível em: <https://scholarcommons.sc.edu/etd/4830>. Acesso em: 25 de abril de 2020.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Pós-verdade e informação: múltiplas concepções e configurações. **Anais ... XIX ENANCIB - Encontro Nacional em Pesquisa em Ciência da Informação**. GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação - Comunicação Oral. Londrina, Paraná, 22 – 26 de outubro, 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1587/1848> Acesso em: 05 de junho de 2019.

SILVA, Mayara Karla Dantas da; ALBUQUERQUE, Maria Elisabeth B. C. de.; VELOSO, Maria do Socorro Furtado. Representação da informação noticiosa pelas agências de fact-checking: do acesso à informação ao excesso de informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 2, p 410-426, maio/ago, 2019.

SIMMEL, Georg. O conceito e a tragédia da cultura. *In*: SOUZA, J.; ÖELZE, B. (eds.). **Simmel e a modernidade**. Ed. Universidade de Brasília, 1998. p. 79 -108

SIMMONS, Michelle H. Librarians as disciplinary discourse mediators: using genre theory to move toward critical information literacy. **Libraries and the Academy**, Baltimore, v. 5, n. 3, p. 297-311, 2005.

SØE, Sille Obelitz. Algorithmic detection of misinformation and disinformation: Gricean perspectives. **Journal of Documentation**, v. 74, n. 2, p. 309-332, 2018.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

STAHL, Bernd Carsten. On the difference or equality of information, misinformation, and disinformation: a critical research perspective. **Informing Science Journal**, v. 9, p. 83 – 96, 2006.

SKYRMS, Brian. **Signals: evolution, learning, and information**. New York: Oxford University Press, 2010. vii+195 p.

STAHL, Bernd Carsten. On the difference or equality of information, misinformation, and disinformation: a critical research perspective. **Informing Science Journal**, v. 9, p. 83 – 96, 2006.

TEWELL, Eamon. A decade of critical information literacy: A review of the literature. **Communications in Information Literacy**, v. 9, n. 1, p. 24–43, 2015.

TSENG, Anita, S. Students and evaluation of Web-based misinformation about vaccination: critical reading or passive acceptance of claims? **Journal International Journal of Science Education, Part B**, Communication and Public Engagement. v. 8, n. 3, p. 250-265, 2018.

VIGNOLI, Richele Grence; RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Informação, misinformation, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação**, v. 26, p. 01-31, 2021.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 38, n.3, p.130-141, set./dez., 2009.

VON HOHENDORFF, Jean. Editorial - A Produção Científica como Resistência às Políticas de Desmonte. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 2, p. 1-2, jul. 2019.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Council of Europe, Sept. 2017. 90 p.